

ANA VANESSA SANTOS

**CONCEÇÕES DOS/AS ESTUDANTES SOBRE A
DITADURA E A DEMOCRACIA EM PORTUGAL
EM UMA TURMA DO 2.º CICLO DO ENSINO
BÁSICO NO ALGARVE**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2022

ANA VANESSA SANTOS

**CONCEÇÕES DOS/AS ESTUDANTES SOBRE A
DITADURA E A DEMOCRACIA EM PORTUGAL
EM UMA TURMA DO 2.º CICLO DO ENSINO
BÁSICO NO ALGARVE**

**Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e
Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico**

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professora Doutora Aurízia Félix Sousa Anica

Professora Maria do Livramento Dias



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2022

**CONCEÇÕES DOS/AS ESTUDANTES SOBRE A DITADURA E A
DEMOCRACIA EM PORTUGAL EM UMA TURMA DO 2.º CICLO DO
ENSINO BÁSICO NO ALGARVE**

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste relatório, que é original e inédito. Autores/as e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na lista de referências incluída.

(Ana Vanessa Santos)

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

"Que o 25 de Abril viva sempre como gesto libertador e fundador da História. Que saibamos fazer dessa nossa história lição de presente e de futuro, sem alibis, nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados, querendo muito mais e muito melhor. Não há, nem nunca houve um Portugal perfeito, como nunca houve um Portugal condenado. Há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e de que nos orgulhamos para lá dos seus claros e escuros, porque nós somos esse Portugal." (Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República, na comemoração do 47.º aniversário do 25 de Abril de 1974)

Agradecimentos

Este Relatório coloca fim a um capítulo da minha vida e dá início a um novo.

Para realizar este trabalho acadêmico contei com o apoio de diversas pessoas que me acompanharam neste percurso.

A quem me acompanhou, o meu maior agradecimento:

Às minhas orientadoras, professora Maria do Livramento que foi uma ajuda fundamental na recolha de dados junto dos/as estudantes para conseguir elaborar o trabalho, e professora doutora Aurízia Anica que me auxiliou em todo o processo de planeamento e construção do Relatório.

Aos/às estudantes que se mostraram disponíveis em colaborar, sem eles/as não seria possível realizar esta investigação.

À minha mãe e ao meu pai que me apoiam e incentivam sempre, e me ensinaram que com força e dedicação tudo é possível.

Ao meu namorado que está presente em todos os momentos, que me apoia, incentiva e me ajuda a acreditar mais em mim.

Às minhas amigas que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste processo desde o início.

A uma amiga e colega em especial que me acompanha desde a licenciatura e que esteve, e está, sempre presente em todos os momentos; que me ajudou e ensinou a acreditar mais em mim e a desenvolver a minha criatividade e gosto por trabalhos manuais. Sem ela, estes anos não teriam sido iguais.

A vocês, o meu profundo agradecimento!

Resumo

O presente estudo procura compreender as concepções de Ditadura e de Democracia dos/as estudantes do final do 2.º Ciclo do Ensino Básico. Ambos os conceitos começam a ser estudados em História e Geografia de Portugal no 6.º ano, com o tema *Portugal no passado*: o conceito de Ditadura começa a ser tratado aquando do estudo do subtema “Os anos de ditadura” e o conceito de Democracia no subtema “O 25 de Abril e a construção da democracia”.

A investigação decorreu no ano letivo 2020/2021, durante a Prática de Ensino Supervisionada, com uma turma de 6.º ano de uma Escola Básica do concelho de Olhão. A recolha de dados foi realizada à distância, devido à pandemia COVID-19 que se vivia no momento e que obrigou ao fecho das escolas no concelho.

O estudo pretende responder à questão: Quais as concepções de estudantes do final do 2.º CEB sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal? A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa/interpretativa, pois o objetivo principal era conhecer as suas noções sobre o tema. Contudo, sempre que necessário, foram utilizados, também, métodos quantitativos, para proceder a uma melhor leitura e compreensão dos dados obtidos. Para a recolha de dados foi aplicado um inquérito por questionário na plataforma *Google Forms* e, posteriormente, solicitou-se aos/às participantes que escrevessem um texto acerca do tema.

Os resultados obtidos sugerem que os/as estudantes da turma têm plena consciência de que um regime ditatorial é autoritário e absoluto, que nega direitos e liberdades aos/às cidadãos/ãs, sobretudo às mulheres. Além disto, todos/as os/as participantes no estudo afirmaram que o regime democrático é o mais favorável, visto ser constitucional e liberal.

Palavras-chave: Noção de Democracia, Noção de Ditadura, EB 2.º ciclo, Ensino da História e Geografia de Portugal.

Abstract

This study seeks to understand the conceptions that students of 2nd Cycle of Basic Education (CBE) have about Dictatorship and Democracy. Both concepts begin to be studied in History and Geography of Portugal in the 6th grade, with the theme *Portugal in the past*: the concept of Dictatorship begins to be lectured when studying the sub-theme “The years of dictatorship” and the concept of Democracy in the sub-theme “The 25th of April and the construction of democracy”.

The investigation took place in the academic year 2020/2021, during the Supervised Teaching Practice, with a 6th grade class of a Basic School in the municipality of Olhão. Data collection was carried out remotely, due to the COVID-19 pandemic that was being experienced at the time, which forced the closure of schools in the municipality.

The study intends to answer the question: What are the conceptions of students at the end of the 2nd CBE about Dictatorship and Democracy in Portugal? The methodology used was predominantly qualitative/interpretive, as the main objective was to know their notions on the subject. However, whenever necessary, quantitative methods were also used to better read and understand the data obtained. Thus, for this investigation, first, a questionnaire survey was carried out on the Google Forms platform and, later, they were asked to write an essay on the topic.

The results obtained suggest that the students of the class are fully aware that a dictatorial regime is authoritarian and absolute, that denies rights and freedoms to the people, especially women. In addition, all said that the democratic regime is the most favourable since it is constitutional and liberal.

Keywords: Notion of Democracy, Notion of Dictatorship, BE 2nd cycle, Teaching the History and Geography of Portugal.

Índice geral

Agradecimentos	vi
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	viii
Índice geral.....	ix
Índice de figuras	xi
Índice de gráficos	xii
Índice de apêndices.....	xiv
Lista de siglas e acrónimos.....	xv
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento.....	3
1.1. Enquadramento dos conceitos de Ditadura e de Democracia na documentação orientadora do Ministério da Educação	3
1.2. Conceitos de Ditadura e de Democracia na História de Portugal.....	8
1.3. Experiências de ensino/aprendizagem relacionadas com o tema	15
Capítulo II – Processo de investigação	22
2.1. Metodologia	22
2.2. Objetivos da investigação	23
2.3. Caracterização da estratégia e do processo de investigação	23
Capítulo III – Análise e interpretação dos dados	26
3.1. Contexto do estudo.....	26
A cidade.....	26
O concelho.....	28
O Agrupamento e a Escola Básica	30
3.2. Contexto da abordagem ao tema – Ditadura e Democracia	34

3.3. Concepções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal em turma do 2.º ciclo do Ensino Básico no Algarve	35
3.3.1. <i>Análise e interpretação do inquérito por questionário</i>.....	35
3.3.2. <i>Análise da redação de um texto</i>	50
3.3.3. <i>Síntese e interpretação dos resultados</i>	53
Conclusões	56
Bibliografia.....	60
Apêndices.....	63

Índice de figuras

Figura 1. Concelho de Olhão.....	27
----------------------------------	----

Índice de gráficos

Gráfico 3.1. Respondentes por sexo	35
--	----

Índice de tabelas

Tabela 3.1. Pergunta "Em que regime se vive em Portugal nos dias de hoje?"	36
Tabela 3.2. Pergunta 1 - A Ditadura é um regime de carácter autoritário e absoluto.	37
Tabela 3.3. Pergunta 2 – A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos.	38
Tabela 3.4. Pergunta 3 – A Democracia é um regime constitucional e liberal. Pergunta 4 – Na Democracia existe liberdade para criar novos partidos políticos.....	39
Tabela 3.5. Pergunta 5 – A Ditadura incentiva à liberdade de expressão.	40
Tabela 3.6. Pergunta 6 – A Ditadura concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que o exerce com autoridade absoluta.	41
Tabela 3.7. Pergunta 7 - A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião.....	42
Tabela 3.8. Pergunta 8 - Na Democracia, as eleições não são livres.....	43
Tabela 3.9. Para ti, o que é viver numa Ditadura?.....	45
Tabela 3.10. Para ti, o que é viver numa Democracia?	48

Índice de apêndices

Apêndice A. Inquérito por questionário	63
Apêndice B. Redação de um texto individual	64

Lista de siglas e acrónimos

AE – Aprendizagens Essenciais

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CEF – Cursos de Educação e Formação

EB – Escola Básica

GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família

HGP – História e Geografia de Portugal

MFA – Movimentos das Forças Armadas

PCA - Percursos Curriculares Alternativos

PES – Prática de Ensino Supervisionada

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TEIP – Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

Introdução

O principal objetivo deste estudo é conhecer as concepções dos/as estudantes do 2.º CEB acerca de Ditadura e de Democracia no contexto português, no final do ano letivo.

Este estudo realizou-se no âmbito do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico, lecionado na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

A investigação decorreu no ano letivo 2020/2021, durante a Prática de Ensino Supervisionada, com uma turma de 6.º ano de uma Escola Básica do concelho de Olhão. É de referir que a investigação foi realizada à distância, com a ajuda da professora cooperante, devido à pandemia que se vivia no momento e que obrigou ao fecho das escolas no concelho.

O estudo pretende responder à questão: Quais as concepções de estudantes do final do 2.º CEB sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal? A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa/interpretativa, pois o objetivo principal era conhecer as noções dos/as estudantes sobre o tema. Contudo, sempre que necessário, foram utilizados, também, métodos quantitativos, para proceder a uma melhor leitura e compreensão dos dados obtidos. A recolha de dados foi realizada, primeiramente, por meio de um inquérito por questionário disponibilizados aos/às estudantes na plataforma *Google Forms* e, posteriormente, solicitou-se que escrevessem uma redação sobre o tema.

O presente Relatório, para além de conter esta Introdução, encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo – Enquadramento – aborda o enquadramento dos conceitos de Ditadura e de Democracia na documentação orientadora do Ministério da Educação; os conceitos de Ditadura e de Democracia na História de Portugal e experiências de ensino/aprendizagem relacionadas com o tema. O segundo capítulo – Processo de investigação – tem como conteúdo a metodologia utilizada para a realização do estudo, assim como os objetivos da investigação e a caracterização da estratégia e do processo de investigação. O terceiro, e último, capítulo – Análise e interpretação dos dados – contém todas as informações relativas: ao contexto do estudo, nomeadamente sobre a cidade, o concelho, o Agrupamento e a Escola Básica, a turma em que a investigação decorreu; ao contexto da abordagem ao tema – Ditadura e Democracia; às concepções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal (análise e

interpretação do inquérito por questionário, análise da redação de um texto e síntese e interpretação dos resultados). Por último, encontram-se as conclusões deste estudo relativamente às conceções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal.

Capítulo I – Enquadramento

Para realizar a investigação junto das crianças foi necessário enquadrar o tema nos documentos ministeriais, isto é, verificar em que contexto os conceitos de Ditadura e Democracia são lecionados, e procurar bibliografia que permitisse obter mais conhecimento sobre o assunto, de modo a tornar o processo de investigação mais coeso e objetivo. Assim, este capítulo I destina-se ao enquadramento da temática na documentação orientadora do Ministério da Educação e na revisão da literatura.

1.1. Enquadramento dos conceitos de Ditadura e de Democracia na documentação orientadora do Ministério da Educação

À saída da escolaridade obrigatória é crucial que os/as alunos/as, enquanto cidadãos/ãs, tenham desenvolvido princípios, visão, valores e competências (humanas e cognitivas). De acordo com o documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Martins, et al., 2017), os princípios permitem compreender cada uma das ações de execução e gestão do currículo escolar, em todas as disciplinas. Estes princípios englobam a base humanista, o saber, a aprendizagem, a inclusão, a coerência e flexibilidade, a adaptabilidade e ousadia, a sustentabilidade e a estabilidade. A abordagem aos conceitos de ditadura e de democracia podem ser enquadrados nestes princípios, nomeadamente:

- Na base humanista habilitando os/as jovens com conhecimentos e valores que lhes possibilitam construir uma sociedade mais justa e centrada no indivíduo, na dignidade humana e na conservação do mundo. Assim, capacita-se os/as jovens para serem mais humanos/as e para pensarem mais no próximo.
- No saber, o centro de todo o processo educativo e que deve ser assegurado pela escola, de modo que os/as alunos/as desenvolvam a sua cultura científica, para compreenderem, tomarem decisões e intervirem na realidade que os/as rodeia. Este oferece aos/às estudantes conhecimentos que lhes permitem avaliar e criticar o passado e o presente.
- Na inclusão, pois “a escolaridade obrigatória é de e para todos[as]” (Martins, et al., 2017, p. 13) e é quem promove a equidade e democracia. As escolas atuais agregam uma grande diversidade de alunos/as – a níveis

socioeconómicos, culturais, cognitivos, motivacionais... Todos/as eles/as têm direito ao acesso e à participação em todos os contextos educativos. Durante o Estado Novo, embora se tivesse dado início a um processo de democratização do ensino¹, muitas crianças não puderam usufruir da sua infância e do que a escola lhes proporcionava, isto porque muitas delas tinham de trabalhar em casa e no campo para ajudar ao orçamento doméstico.

A visão do/a aluno/a demonstra o que se pretende que o/a estudante tenha desenvolvido enquanto cidadão/ã, à saída da escolaridade obrigatória. Tal permite que os/as jovens procurem tornar o mundo mais justo e sustentável, evitando ao máximo que erros do passado – como a opressão, o desrespeito pela dignidade humana, a exclusão social – retornem e limitem, mais uma vez, a vida dos/as cidadãos/ãs. Assim, pretende-se que os/as jovens sejam cidadãos/ãs capazes de:

- Analisar, questionar, criticar, avaliar o que os/as rodeia;
- Serem livres, autónomos/as, responsáveis, criativos/as e conscientes;
- Lidar com a mudança e as incertezas;
- Reconhecer a importância das Artes, das Humanidades, da Ciência e Tecnologia e os desafios que oferecem;
- Trabalhar de forma colaborativa e comunicar de forma eficaz;
- Continuar a sua aprendizagem ao longo da vida, para que se desenvolvam pessoal e socialmente;
- Reconhecer e respeitar “os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta” (Martins, et al., 2017, p. 15);
- Valorizar e respeitar a dignidade humana, “pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os[as] outros[as], pela diversidade cultural e pelo debate democrático” (Martins, et al., 2017, p. 15);

¹Reformas do ensino empreendidas pelos ministros José Hermano Saraiva (1968-1970) e Veiga Simão (1970-1974).

- Rejeitar qualquer tipo de discriminação e de exclusão social.

Os valores que devem adquirir relacionam-se com os elementos e as características éticas, estes manifestam-se através de atitudes, condutas e comportamentos. Qualquer criança e jovem, através de atividades escolares, deve desenvolver e colocar em prática os seguintes valores:

- Responsabilidade e integridade – respeitando-se a si mesmo/a e aos/as outros/as, agindo eticamente e respondendo pelas suas próprias ações, tendo em atenção o modo como age e como os/as outros/as agem.
- Excelência e exigência – trabalhar de modo eficaz e rigoroso, ultrapassando as dificuldades; ser solidário/a com os/as que o/a rodeiam.
- Curiosidade, reflexão e inovação – procurar aprender mais; “desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.” (Martins, et al., 2017, p. 17).
- Cidadania e participação – respeitar a diversidade humana e cultural, agindo de acordo com os princípios dos direitos humanos; procurar solucionar conflitos que surjam, em proveito da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser participativo/a, comunicativo/a e empreendedor(a).
- Liberdade – ser autónomo/a de acordo com os direitos humanos, “na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.” (Martins, et al., 2017, p. 17)

Através da prática dos valores enunciados, os/as jovens aprendem que é fundamental ser ético/a e responsável, e que a cidadania e a liberdade são valores fundamentais para uma vida plena e que não podem ser negados a nenhum indivíduo, enquanto cidadão/ã.

As competências são combinações de conhecimentos, capacidades e atitudes, que permitem a ação humana nos variados contextos; essas competências são de natureza cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática; envolvem linguagens e textos; informação e comunicação; raciocínio e resolução de problemas; pensamento crítico e pensamento criativo; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e

autonomia; bem-estar, saúde e ambiente; sensibilidade estética e artística; saber científico, técnico e tecnológico e consciência e domínio do corpo.

Quando as crianças e os/as jovens desenvolvem o seu pensamento crítico, por exemplo comparando a história do passado e do presente, compreendem que muita coisa mudou – tanto para melhor como para pior – e tornam-se capazes de determinar o que acham ser melhor para si e para o mundo; tornam-se seres capazes de decidir, ser autónomos/as, críticos/as, livres, que se julga que tudo farão para que o mundo se torne num sítio melhor.

No I e II volume do programa de História e Geografia de Portugal do 2.º CEB (s.d.) verifica-se que o conceito de ditadura começa a ser tratado no 6.º ano de escolaridade, aquando do estudo do subtema “Os anos de ditadura”, que se insere no tema *Portugal no passado*. Esse conceito aparece quando se começa a estudar os conteúdos: golpe militar de 28 de maio, Salazar e o Estado Novo e a guerra colonial. Para além do conceito de ditadura, aparecem outros a si associados como censura e liberdade de expressão, que, imediatamente, nos remetem para as consequências de viver neste tipo de regime.

O conceito de democracia aparece no subtema seguinte “O 25 de Abril e a construção da democracia”, no começo do estudo dos conteúdos: a ação militar e popular em 25 de Abril, a independência das colónias e a Constituição de 1976 e o restabelecimento da democracia. Ao conceito de democracia surgem outros a este ligados como o de descolonização e o de direito ao voto, uma vez que, o 25 de Abril de 1974 deu início ao processo de descolonização e o direito ao voto passou a ser universal – todos/as os/as cidadãos/ãs, maiores de 18 anos, independentemente do sexo, das condições sociais e económicas, do seu nível de escolaridade, passaram a poder usufruir do seu direito eleitoral.

Nas metas curriculares de HGP do 2.º CEB confirma-se que os conceitos de ditadura e de democracia são somente abordados no 6.º ano, no domínio *Portugal do século XX*. Este domínio encontra-se dividido em vários subdomínios e, logo no primeiro, “Da Revolução Republicana de 1910 à Ditadura Militar de 1926”, inicia-se a abordagem ao conceito de ditadura. Neste subdomínio, no ponto 4 – *Conhecer e compreender os motivos do fim da 1.ª República e a instauração da ditadura militar em 1926* – especifica-se o que é necessário os/as alunos/as conhecerem acerca do tema, nomeadamente:

localizar no tempo o período da Ditadura Militar e reconhecer as medidas da Ditadura Militar, o fim da liberdade política e o cercear de liberdades individuais.

O conceito de ditadura volta, novamente, a ser abordado no subdomínio seguinte, “O Estado Novo (1933-1974)”. Em todo este subdomínio, o conceito referido é abordado.

Através do ponto 1 – *Compreender a ascensão de Salazar e a construção do Estado Novo* – entre outros aspetos, pretende-se que os/as estudantes reconheçam o carácter ditatorial do Estado Novo. No ponto 2 – *Conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores* – aborda-se os valores defendidos pelo Estado Novo (“Deus, Pátria e Família” e a obediência), as diferentes formas de difusão dos ideais, os mecanismos de repressão, o modo como a polícia política atuava, desrespeitando as liberdades e as garantias fundamentais dos/as cidadãos/ãs. É, também, pretendido que os/as alunos/as reconheçam que, atualmente, existem, ainda, regimes com características ditatoriais e que neles são desrespeitados os Direitos Humanos.

No ponto 3 – *Conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo* – são estudadas as condições de vida e a opressão em que a população portuguesa vivia, as oposições à ditadura que eram feitas através da clandestinidade, a candidatura à Presidência da República de um opositor do regime e as expectativas de “abertura do regime”, aquando da substituição de Salazar por Marcello Caetano.

O conceito de democracia aparece logo a seguir, no subdomínio “O 25 de Abril de 1974 e o regime democrático”. Através do ponto 2 – *Conhecer e compreender as consequências do golpe militar do 25 de Abril de 1974 ao nível da democratização do regime e da descolonização* – os/as estudantes aprendem a reconhecer “no programa do Movimento das Forças Armadas o fim da ditadura e o início da construção da democracia” (Ribeiro A. , et al., p. 20), a importância das eleições de 1975 para a construção do Regime Democrático, a importância da Constituição de 1976 e como esta consagra os direitos e liberdades fundamentais. Ao estudarem o ponto 3 – *Conhecer os órgãos de poder democráticos* – aprendem que, com a Constituição de 1976, passou a existir separação de poderes e o sufrágio passou a ser livre e universal, e que existem outros modos de participação cívica e democrática para além dos atos eleitorais. No processo de ensino/aprendizagem do ponto seguinte – *Analisar algumas conquistas, dificuldades e desafios que Portugal enfrenta no nosso tempo* – os/as jovens começam a

compreender que a democratização em Portugal se tornou num fator de prestígio internacional e que a entrada de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia, atualmente União Europeia – UE) “contribuiu para a consolidação da democracia portuguesa e para a modernização do país” (Ribeiro A. , et al., p. 21). Os/As estudantes começam, também, a verificar que as condições de vida dos/as cidadãos/ãs portugueses/as melhoraram, sobretudo no acesso à educação e à saúde, mas que não houve apenas aspetos positivos; atualmente, Portugal enfrenta outros problemas como o desemprego, a demora da justiça, as disparidades sociais, o abandono escolar, o débil envolvimento cívico.

Nas Aprendizagens Essenciais de HGP do 6.º ano do 2.º CEB (2018) explicitam-se os conhecimentos, capacidades e atitudes que os/as alunos/as devem adquirir no estudo de cada temática. O conceito de ditadura surge no subtema “Os anos de ditadura”, tal como acontece no Programa da disciplina. Aqui, verifica-se que, no final da aprendizagem deste subtema, relativamente à ditadura, os/as estudantes devem ser capazes de: resumir “as principais características do Estado Novo (...) [no que se refere] a ausência de liberdade individual, a existência da censura e de polícia política, a repressão do movimento sindical e a existência de um partido único” (Aprendizagens Essenciais - 2.º Ciclo do Ensino Básico | História e Geografia de Portugal | 6.º ano, p. 8); de saber reconhecer e aplicar conceitos como ditadura, censura, guerra colonial, oposição e liberdade de expressão. No subtema “O 25 de Abril e a construção da democracia até à atualidade” aparece o conceito de democracia e, no final do estudo deste subtema, os/as estudantes devem ser capazes de: identificar as razões que levaram à revolução do 25 de Abril; caracterizar os fatores cruciais do processo de democratização entre 1975 e 1982, indicar e empregar os conceitos: democracia, descolonização, direito de voto e UE.

1.2. Conceitos de Ditadura e de Democracia na História de Portugal

Portugal é, atualmente, um país democrático. Contudo, nem sempre foi assim.

A 5 de Outubro de 1910 foi proclamada a República em Portugal, tendo dado início, então, à 1.ª República. Após a Revolução Republicana foi essencial elaborar-se uma Constituição que instituisse os alicerces do novo regime político do país.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1911 foi eleita por um sufrágio que apenas contou com os votos dos cidadãos alfabetizados e dos chefes de família, com idade superior a 21 anos. A Assembleia Constituinte produziu e aprovou a Constituição de

1911, debateu e homologou projetos de lei, confirmou os poderes do Governo Provisório e fiscalizou a sua atuação. Todas estas funções tornaram o primeiro parlamento da República no órgão principal da estrutura política do regime (Assembleia da República, s.d.).

Quando a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a Constituição de 1911, elegeu, também, através de sufrágio secreto, o primeiro Presidente da República, Miguel de Arriaga.

Durante a 1.^a República viveu-se instabilidade política e violência conflitual, que se encontram associadas à supremacia que o Partido Democrático exerceu. Porém, a “ditadura democrática” não albergou todos os órgãos do poder: o Partido Democrático detinha o domínio eleitoral do país, mas não conseguiu obter a supremacia e a estabilidade no corpo legislativo, ao nível da Presidência da República e do poder executivo. Deste modo, o Partido Democrático foi obrigado a partilhar o poder em condições que acabaram por dar origem a conflitos (Fernandes, 2019, p. 209).

No ano de 1926, para além da falta de representação política que a Monarquia deixou, as elites políticas mostravam-se incapazes de inserir as alterações legislativas fundamentais que garantissem a reconstituição de um sistema político “onde as oposições eram ineficazes e incapazes de disputar o acesso ao poder de forma consensual.” (Fernandes, 2019, p. 209)

A 28 de Maio de 1926 deu-se um golpe militar, liderado por Gomes da Costa, contra a preponderância do Partido Democrático. O objetivo desse golpe militar era procurar soluções para os problemas do país. Contudo, teve como consequência a instauração de uma Ditadura Militar, que durou até 1933.

Em 1928, em Portugal, vivia-se uma grande crise financeira, que fez com que António de Oliveira Salazar assumisse o cargo de ministro das Finanças, com a condição de lhe serem atribuídos poderes ditatoriais pelo Presidente da República, general Carmona, e de não lhe ser colocado um curto prazo para atingir os objetivos que tinha em mente.

Na época, o general Carmona, Presidente da República, não colocou entraves e cedeu aos pedidos de Salazar. Salazar conseguiu atingir todos os objetivos a que se propôs, conseguindo um enorme feito para Portugal: ultrapassar as contínuas crises. A crise que se deu no ano de 1930 foi aquela que consolidou a posição de Salazar, que foi

a personagem principal na política da Ditadura Militar. Embora tivesse havido políticos que iam contra Salazar, este nunca foi afastado do poder, pelo contrário, continuou com a pasta das Finanças e começou a gerir a das Colónias. Além disso, pôde ter voz na escolha do chefe de governo. Ainda durante a crise de 1930, Salazar avançou com o Ato Colonial, que foi o primeiro texto constitucional do novo regime, e afirmou que a solução para o problema financeiro do Estado seria construir um novo regime que concentrasse os poderes no chefe do governo. Teve início a construção do regime do Estado Novo, idealizado por Salazar. A partir da crise de 1930, António de Oliveira Salazar “assumiu o poder como o líder político central da nova situação político-militar. O que é comprovado por ter sido ele, com um pequeno grupo de colaboradores, quem conduziu com sucesso o processo que levou à elaboração e aprovação da nova Constituição de 1933, que institucionalizou o Estado Novo.” (Reis, 2019, p. 216).

Como afirma Reis (2019, p. 218), “o início dos anos trinta do século XX pode ser caracterizado politicamente, de forma sumária, pela organização por Salazar, e pelos seus próximos, de leis e instituições, de plebiscitos e eleições, de instrumentos de repressão para legitimar, normalizar e reprimir em nome de uma nova ordem política autoritária.”

As votações do regime não permitiam a participação de partidos ou listas para além da União Nacional e a abstenção era vista como um voto a favor do novo regime. Muitos foram aqueles que tentaram organizar golpes contra o regime, mas sem sucesso.

O regime do Estado Novo esteve em vigor em Portugal de 1933 a 1974 e limitou os direitos e garantias individuais dos/as cidadãos/ãs (liberdade de expressão, de reunião e de associação) e o direito ao voto (só podiam votar os cidadãos maiores de 21 anos ou emancipados). Os analfabetos apenas podiam votar se pagassem impostos e as mulheres passaram a ter direito de voto, mas só podiam exercê-lo se tivessem um curso especial, secundário ou superior.

Durante o regime político do Estado Novo vigorou em Portugal a Constituição de 1933 (Presidência do Conselho de Ministros, 1933). Esta Constituição previa, no artigo 8.º, direitos e garantias individuais aos cidadãos e às cidadãs portuguesas/as. Segundo o artigo referido, os/as cidadãos/ãs portuguesas/as tinham direitos como: o direito à liberdade e às suas crenças e práticas religiosas, não podendo ser perseguidos/as devido a elas; direito à liberdade de expressão do pensamento; direito à inviolabilidade da sua casa, assim como discricção da correspondência e direito à liberdade de reunião e

associação. No artigo 12.º, relativo à constituição da família, estava prevista a igualdade de direitos e de deveres dos dois cônjuges, no que diz respeito ao apoio e educação dos/as filhos/as legítimos/as.

Os direitos e garantias enumerados, tal como tantos outros referidos na Constituição de 1933, embora escritos no documento soberano, não foram levados em consideração durante o Estado Novo. Na realidade verificou-se o oposto. Existia a censura prévia que analisava as publicações, as emissões de rádio e de televisão, e fiscalizava as publicações nacionais e estrangeiras, preservando as doutrinas e as ideias do Estado. A polícia política – primeiramente PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), depois PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e no final do regime DGS (Direção-Geral de Segurança) – encontrava-se em todos os cantos e detinha grande poder, podendo reprimir, prender e torturar os/as opositores/as do regime.

O Estado Novo colocou em prática princípios ideológicos enquadrados no catolicismo, no nacionalismo, no patriotismo, no conservadorismo, no culto ao chefe e no antiparlamentarismo. O poder de Salazar fortaleceu-se através da propaganda e da educação, sendo o principal objetivo das escolas “o da inculcação ideológica dos principais valores do regime” (Dias & Prado, 2014, p. 202). Neste seguimento foi, ainda, fundada a *Mocidade Portuguesa*. Esta era uma organização juvenil, criada “como um mecanismo para a intensificação da moralização, obediência e exaltação da ‘história oficial de Portugal’” e tinha como dever “contribuir para a formação cívica, moral e física dos[as] jovens: defender bons costumes; colaborar para que a educação nacionalista fosse compreendida de maneira plena; promover as comemorações das datas patrióticas; fomentar o embelezamento da vida rural.” (Dias & Prado, 2014, p. 205). A *Mocidade Portuguesa* não se limitava a aceitar somente rapazes, aceitando, também, raparigas. Contudo, a *Mocidade Portuguesa Feminina* concentrava-se mais no meio familiar, atribuindo à mulher/mãe/esposa “a responsabilidade de renovar os interesses de seus[suas] filhos[as] e doutriná-los[as] conforme as crenças ensinadas.” (Dias & Prado, 2014, p. 205)

Em 1968, Salazar foi substituído por Marcello Caetano, escolhido pelo Presidente da República Américo Thomaz. Este pretendia uma abertura do regime, o que veio a acontecer. De acordo com Pinto e Monteiro (2019) houve um breve período de “liberalização” que rapidamente se fechou, o que provocou a queda do Estado Novo. A época de governo de Marcello Caetano, conhecida como “Primavera Marcelista”, de 1968

a 1969, “permitiu a redinamização de vários setores da oposição e o seu alargamento a instituições sindicais e a grupos de interesses” (Pinto, 2019, p. 273).

Marcello Caetano tinha em vista a liberalização do regime, mas queria manter a Guerra Colonial. Esta escolha acabou por originar a queda do Estado Novo em 1974.

A 25 de Abril de 1974 dá-se a Revolução. O golpe militar deste dia foi conduzido pelo MFA e pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo. Este golpe tinha como objetivos resolver o problema da Guerra Colonial, nomeadamente terminar com ela, democratizar e desenvolver o país; o seu programa era Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Este Programa tinha como objetivos: “unificação progressiva da vanguarda política da revolução e do seu suporte social; estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o MFA; desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correta e responsável dos meios de comunicação social; superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista do grande capital; criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente para a transição para o socialismo; descentralização administrativa em articulação com a orgânica do planeamento; adoção de ações consequentes na política externa, em obediência no princípio da independência nacional a promovendo esquemas de cooperação que contribuam efetivamente para a construção do socialismo em Portugal.” (Programa do Governo, 1975).

O MFA convocou para o ano seguinte, 1975, eleições para a Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal direto e secreto. Antes destas eleições foi realizado um recenseamento eleitoral, que possibilitou que votassem todos/as os/as cidadãos/ãs maiores de 18 anos, independentemente do sexo, nível de instrução ou de capacidade económica. Contudo, houve uma exceção: os responsáveis e colaboradores do antigo regime não puderam votar (Assembleia da República, s.d.).

A partir da eleição de 1975, que aconteceu no dia 25 de Abril, todos/as os/as eleitores/as podiam ser eleitos/as, havendo algumas exceções como o caso dos militares. Estas foram as primeiras eleições, realizadas em Portugal, por sufrágio deveras universal.

A Assembleia Constituinte eleita tinha como função exclusiva elaborar e aprovar a Constituição. A 2 de Abril de 1976 foi, então, promulgada a Constituição de 1976, entrando em vigor a 25 de abril do mesmo ano, que “afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos[as]

cidadãos[ãs], de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.” (Assembleia Constituinte, 1976)

A Constituição da República Portuguesa de 1976, com as alterações que lhe foram sendo introduzidas, é a lei suprema do país. De acordo com a VII Revisão Constitucional (2005), a “Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos[as] cidadãos[ãs], de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005).

A Constituição define a organização do Estado, isto é, dos quatro órgãos de soberania que dele fazem parte: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. E, também, dos órgãos de poder político – regiões autónomas e autarquias – tal como o modo como eles se relacionam entre si.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (2005), o Presidente da República é o chefe de Estado e é eleito diretamente pelos/as portugueses/as (Artigo 121.º). Segundo a Constituição, ele “representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas.” (Artigo 120.º). Cabe ao Presidente da República “defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa” (Artigo 127.º). No que diz respeito ao Governo, compete ao Presidente da República nomear (e demitir) o Primeiro-Ministro, “ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais” das eleições para a Assembleia da República (Artigos 133.º e 187.º). E, seguidamente, nomear, ou exonerar, os restantes membros do Governo, “sob proposta do Primeiro-Ministro” (Artigo 187.º). Tem, ainda, como função homologar as leis (Artigo 134.º)

A Assembleia da República é o parlamento nacional. Ela é composta por todos/as os/as deputados/as eleitos/as pelos/as cidadãos/ãs portugueses/as, que os/as escolhem para os/as representarem a nível nacional. Para este órgão somente podem concorrer

cidadãos/ãs nacionais que estejam nas listas de partidos políticos. Além de representar, tem, também, a função de aprovar as leis fundamentais da República, assim como ter o cuidado de vigiar o cumprimento da Constituição, das leis e dos atos do Governo e da Administração (Artigos 161.º e 162.º da Constituição da República Portuguesa, 2005).

O Governo guia a política geral do país e orienta a Administração Pública, que pratica a política do Estado (Artigo 182.º da Constituição da República Portuguesa, 2005).

O Primeiro-Ministro tem como função comunicar ao Presidente da República os assuntos relacionados com a política interna e externa do país (Artigo 201.º da Constituição da República Portuguesa, 2005).

Segundo o artigo 197.º da Constituição da República Portuguesa (2005), o Governo executa funções políticas, legislativas e administrativas e tem como funções, entre outras:

- Negociar com outros Estados ou organizações internacionais;
- Apresentar propostas de lei à Assembleia da República;
- Estudar problemas e decidir sobre as melhores soluções (geralmente fazendo leis);
- Fazer regulamentos técnicos para que as leis possam ser cumpridas;
- Decidir onde se gasta o dinheiro público.

As decisões mais importantes do governo são tomadas no Conselho de Ministros. Conforme refere o artigo 200.º da Constituição da República Portuguesa (2005), ao Conselho de Ministros compete, entre outros, “aprovar as propostas de lei e de resolução; aprovar os decretos-leis, bem como os acordos internacionais não submetidos à Assembleia da República.”

O mandato do Governo tem o seu término quando: se dá início a uma nova legislatura; o Presidente da República aceita o pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro; o Primeiro-Ministro morre ou fica impossibilitado fisicamente; o programa do Governo é rejeitado; a moção de confiança não é aprovada; uma moção de censura é aprovada “por maioria absoluta dos[as] Deputados[as] em efetividade de funções” (Artigo 195.º da Constituição da República Portuguesa, 2005).

O outro órgão de soberania, que faz parte do atual regime democrático português, são os Tribunais. Eles gerem a justiça em nome do povo e não são eleitos (Artigo 202.º da Constituição da República Portuguesa, 2005).

De acordo com o artigo 203.º da Constituição da República Portuguesa (2005), os Tribunais são caracterizados por serem independentes e estarem sujeitos à lei. As decisões dos tribunais prevalecem sobre as de qualquer outra autoridade (Artigo 205.º), porém “não podem os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou nos princípios nela consignados” (Artigo 204.º). O tribunal que se destaca é o Tribunal Constitucional; a este compete “especificamente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional.” (Artigo 221.º)

1.3. Experiências de ensino/aprendizagem relacionadas com o tema

O processo de ensino/aprendizagem da História às crianças e aos/as jovens é crucial para o seu desenvolvimento, enquanto seres individuais e cidadãos/ãs ativos/as de uma sociedade. Através da educação histórica, os/as estudantes conhecem o passado e, também, o presente do seu país e do mundo e, conseqüentemente, pretende-se que estes/as evitem cometer erros anteriores, procurando serem cidadãos/ãs mais ativos/as e preocupados/as com o presente e o futuro do país e do mundo.

Os/as estudantes têm diferentes percepções e conceções da História e de cada acontecimento. As suas conceções/percepções são bastante influenciadas pelo modo como interagem e como a História é tratada, quer em contexto escolar quer em contexto familiar. Este último acaba por influenciar em grande parte o modo como os/as jovens encaram os acontecimentos históricos.

A investigação em Educação Histórica surge devido à preocupação de haver falta de ligar a teoria à prática, ou seja, em vez de se apresentar somente “propostas prescritivas não testadas em estudos empíricos”, deve procurar-se “criar, implementar e analisar situações de aprendizagens reais, em contextos concretos, e disseminar resultados que possam ser ajustados a outros ambientes educativos.” (Barca, p. 37)

Quando se parte da teoria para a prática, pretende-se desenvolver, de modo sustentado, a literacia histórica das crianças e dos/as jovens, pois as aprendizagens se forem exploradas de modo criativo, estimulante e real, têm uma maior taxa de sucesso, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas essenciais para a evolução da criança e do/a jovem. Além disso, deve haver ligação entre o que os/as

alunos/as aprendem e o que os/as historiadores/as e filósofos/as da História pensam e produzem, de maneira que a educação histórica esteja “apta a responder às exigências do pensamento científico numa perspectiva de desenvolvimento humano sustentado.” (Barca, p. 38)

O estudo realizado por Barca (2012), descrito no artigo “Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades”, revela que os/as jovens brasileiros/as participantes na sua investigação tenderam a interligar, nas suas narrativas, a História nacional e mundial, colocando-se, por vezes, na História como atores e atrizes. Relativamente às produções dos/as estudantes portugueses/as, a maioria das suas “narrativas nacionais” foram sintetizadas, ao contrário da história do mundo, que foi, de modo geral, descrita em breves linhas.

Os aspetos comuns à maioria das narrativas nacionais dos/as jovens portugueses/as centraram-se “no período da ditadura e na conquista da liberdade em Abril de 1974” (Barca, 2012, p. 45). Ao longo das narrativas observa-se que, na grande parte, não há heróis individuais, porém há, quase sempre, um vilão no passado – António de Oliveira Salazar.

Ainda nas produções dos/as estudantes portugueses/as verificou-se uma dicotomia entre o nacional e o global. No entanto, tanto no grupo brasileiro como no grupo português “os marcadores substantivos apontam para dimensões político, sociais, económicas e científico-tecnológicas.” (Barca, 2012, p. 45)

Segundo Barca (2012, p. 46), no que à mudança diz respeito, nas produções dos/as estudantes brasileiros/as apurou-se “uma ideia de desenvolvimento e progresso em relação ao país e ao mundo”, mas demonstrando e questionando pontos negativos relativamente ao Brasil. Esta atitude dos/as estudantes brasileiros/as “indicia já um certo sentido de intervenção do sujeito que quer participar na construção da História, um dos fundamentos da consciência histórica”. Por sua vez, os/as jovens portugueses/as manifestaram “uma atitude mais passiva face aos acontecimentos.”

Ainda assim, embora os/as jovens tenham perceção de alguns acontecimentos históricos do passado do seu país e do mundo, a falta de ligação entre a teoria e a prática conduz a dificuldades, por parte das crianças e dos/as jovens, em compreender o tempo. O estudo da história implica que se utilize e observe acontecimentos do passado de modo a compreender o presente. De acordo com Solé (2018), existem diferentes formas de

tempo que se relacionam entre si: o tempo pessoal, o tempo físico, o tempo psicológico e o tempo histórico. Concentremo-nos no tempo histórico.

O tempo histórico pode ter diversos significados para várias pessoas e culturas. Esta forma de tempo pode ser medida de modo objetivo através da cronologia e compreendido de forma relativa, pois “depende da experiência de cada cultura, podendo ser variável e heterogêneo” (Domínguez, 2015, Sacristán, 2012, Solé, 2009, citados por Solé, 2018, p. 64).

De acordo com Harris, citado por Solé (2018), o tempo histórico encontra-se relacionado com as seguintes áreas conceptuais: cronologia (sequencialização), duração e passagem do tempo e medição do tempo. Segundo Stow e Haydn (2004), citados por Solé (2018), através da capacidade de sequencialização de acontecimentos, cálculos de tempo ou de períodos de tempo, é possível desenvolver e compreender as estruturas mentais relativamente ao desenvolvimento e à compreensão temporal. Porém, o estudo do tempo histórico não se cinge apenas à sequencialização, ele prevê, também, que haja uma interligação entre o passado, o presente e o futuro. Essa interligação é fundamental para que exista uma formação e desenvolvimento da consciência histórica.

Alguns/mas investigadores/as defendem que as competências matemáticas são pertinentes para o desenvolvimento de conceitos de tempo, pois acreditam que a compreensão temporal se encontra relacionada com o desenvolvimento do raciocínio matemático. Outro/as investigadores/as afirmam que é a linguagem que tem o papel principal na aquisição, no desenvolvimento e na compreensão do tempo, pois “a linguagem relacionada com o tempo é pouco familiar às crianças [e jovens], quer ao nível do tempo dos verbos, quer com termos como a.C. [antes de Cristo], d.C. [depois de Cristo], era, geração, ano, década, século, período e termos como progresso e regressão.” (Solé, 2018, p.67). Ainda há autores/as que insinuam, também, que o contexto cultural e educacional pode ser uma influência para o desenvolvimento da linguagem de tempo nas crianças e nos/as jovens (Cooper, 1991; 1995; Barton, 2001; 2002; Groot-Reuvekamp et. al 2014; Hodkinson, 2003; Patriarca & Alleman, 1987; Solé, 2009; Sacristán, 2012; Thornton & Vukelich, 1988, citados por Solé, 2018).

No artigo “O desenvolvimento da compreensão do tempo e do tempo histórico nas crianças: um estudo de caso com alunos portugueses de primária (1.º CEB)”, Solé (2018) faz referência ao seu estudo empírico, uma parte da investigação realizada em tese

de doutoramento (2009), realizado com alunos/as do 1.º CEB (6-10 anos), em duas turmas – uma no 1.º/2.º anos (24 alunos/as) e outra no 3.º/4.º ano (25 alunos/as) – ao longo de dois anos escolares. Este estudo de caso pode ser considerado longitudinal, visto descrever “o processo de aprendizagem e de compreensão do tempo histórico das crianças do 1.º ao 4.º ano de escolaridade” (Solé, 2018, p. 67).

O estudo mencionado foi realizado com base em entrevistas semiestruturadas, tendo cada aluno/a sido entrevistado/a três vezes – no início e no final do 1.º e 3.º ano e no fim do 2.º e 4.º ano. Para além disso, tentou apurar-se nesses/as alunos/as alterações na compreensão temporal e uma “eventual evolução/mudança das conceções de tempo histórico e do conceito de mudança, após dois anos de intervenção na sala de aula.” (Solé, 2018, p. 68). Segundo esta investigadora, pode comprovar-se que “os[as] estudantes revelam capacidade em ordenarem imagens de épocas distanciadas no tempo e a sua capacidade de argumentação e justificação torna-se gradualmente mais complexa e elaborada, estabelecendo relações causais, reconhecendo mudanças e continuidades ao longo do tempo, [primeiro] numa perspetiva linear de progresso, gradualmente substituída por uma conceção de mudança mais ampla” (Solé, 2018, p. 77). A linguagem de tempo qualitativo (“muito antigo”, “velho”, “recente”, entre outros) dos/as estudantes foi, também, sendo substituída progressivamente pelo uso “de vocabulário de tempo associado ao sistema convencional de medição do tempo, relacionado com os vários subsistemas de medição do tempo, o tempo do calendário e o tempo histórico.” (Solé, 2018, p. 77). A terminologia específica dos períodos históricos associados às imagens, “reconhecendo a época histórica em que se poderia situar cronologicamente (Pré-História; (...); Estado Novo, 25 de Abril)” (Solé, 2018, p. 77) apenas foi utilizada por alguns/mas alunos/as, maioritariamente os/as do 4.º ano. Segundo a investigadora, o estudo permitiu confirmar constatações de outros/as autores/as relativamente ao conceito de duração, nomeadamente as dificuldades apresentadas pelos/as estudantes “em compreender a duração/intervalo de tempo e calcular a distância antes do 3.º ano (8-9 anos), pois as crianças sentem mais dificuldades na utilização abstrata de datas e na distância temporal, pois implica cálculo e medição, associado ao raciocínio matemático.” (Solé, p. 77).

De um modo geral, os resultados obtidos no estudo realizado por Solé (2018) corroboram a ideia de que a compreensão temporal e a compreensão histórica se desenvolvem de modo progressivo, de acordo com a idade. Contudo, tal não é

determinante, visto que os contextos de aprendizagem, assim como as estratégias adequadas, podem acelerar o desenvolvimento da compreensão temporal e histórica. Assim, é crucial promover nos/as estudantes estruturas cognitivas fundamentais ao nível do pensamento histórico e temporal logo nos primeiros anos de escolaridade, para, assim, se tornar a aprendizagem e a compreensão histórica num processo favorável ao longo de toda a escolaridade.

Segundo Barca (2004), o pensamento histórico dos/as jovens portugueses/as tem vindo a ser analisado em diferentes estudos “que se inserem numa linha de pesquisa em cognição contextualizada.” No artigo “Os jovens portugueses: ideias em História”, Barca procurou examinar as concepções que crianças e jovens têm sobre conceitos da História, procurando afastar a ideia de que “os[as] jovens não sabem nada.”. Com este estudo, Barca comprova que os/as jovens possuem ideias acerca “de uma História explicativa, multifatorial” que aumenta consoante a recolha de informação, sem reflexão sobre a objetividade. No entanto, para alguns/mas jovens unir factos não é suficiente para uma boa explicação; o ponto de vista e os contextos culturais em que se encontram inseridos/as fazem com que existam diferentes perspetivas, o que se torna uma ameaça à objetividade. O ideal do conhecimento é, então, a neutralidade absoluta, pois através dela poder-se-á chegar a uma real conclusão. Embora tenha havido desenvolvimento por idade e ano de escolaridade, alguns/mas alunos/as mais novos/as demonstraram ter concepções mais elaboradas do que alunos/as mais velhos/as e com mais escolaridade.

No artigo atrás referido, Barca (2004) faz referência a estudos realizados por Melo (2001) e Gonçalves (2003): a primeira estudou o conhecimento substantivo de jovens de 12-16 anos acerca da ideia de escravatura e o segundo estudou percepções sobre o “25 de Abril de 1974”, com estudantes de 14-16 anos do 9.º ano. Os/As estudantes envolvidos/as no estudo de Barca (2004) fizeram pesquisas em *sites* selecionados pelo professor e analisaram variadas fontes. Numa primeira fase de levantamento de concepções, os/as jovens mostraram alguns saberes gerais acerca da revolução, tendo associado a mesma à instauração da democracia e a figuras como José Afonso (cantor da música que deu origem à senha de partida), Salgueiro Maia (militar que guiou as operações no terreno durante a revolução) e Salazar (responsável pelo regime derrubado). Porém, os conhecimentos prévios dos/as estudantes surgiam fragmentados e confusos. Posteriormente ao trabalho de pesquisa realizado, estes/as jovens mostraram ter obtido mais compreensão dos factos, dos significados e das consequências do 25 de Abril;

passaram, também, a associar esta data a situações e consequências mais elucidadas – instauração da democracia, extinção da censura, liberdade das colônias e melhoria das condições de vida da população.

Com toda a investigação, foi possível concluir que “as crianças, os/as jovens e os/as adultos/as apropriam-se de ideias sobre o passado em variados níveis de elaboração, não sendo a idade ou o grau de escolaridade garantia de uma conceptualização avançada.” (Barca, 2004, p. 396)

Outro estudo sobre o tema – “Educação Histórica em aula oficina: a ditadura militar brasileira na consciência histórica de estudantes goianos” - realizado por Maria da Conceição Silva, Diogo Pontes e Ricardo Lenard Alves (2017), expõe os resultados obtidos sobre o tema Ditadura militar no Brasil de 1964-1985, realizado em três aulas oficina, numa escola em Goiânia. A pesquisa foi planeada de modo a permitir diretrizes com foco nos estudos e referenciais teóricos da didática da história e da Educação histórica. O seu objetivo fundamental foi “apreender o sentido de como e para que se ensina história para jovens escolares” (Silva, Pontes, & Alves, p. 828).

A primeira aula-oficina focou-se na aprendizagem dos/as jovens através da leitura dialogada de uma parte do Ato Institucional n.º 2, de 1967 e, a seguir, foram apresentadas algumas imagens fotográficas. Esta oficina contribuiu para a desconstrução de possíveis narrativas que enfraquecessem as práticas militares ou que as classificassem como positivas, entre 1964 e 1985.

Na segunda aula-oficina, o principal objetivo foi explicar a resistência política à ditadura militar e aos seus “desdobramentos sociais com práticas coercitivas.” (Silva, Pontes, & Alves, p. 838)

A terceira aula-oficina serviu para expor o discurso militar que gerou meios de controlo de vigilância da sociedade, incluindo pessoas que não faziam parte de qualquer tipo de movimentação política, ou de outra natureza.

Após as três aulas-oficina, os/as investigadores/as elaboraram um instrumento que permitisse recolher e investigar as narrativas dos/as estudantes, com o objetivo dos/as jovens produzirem um texto que expressasse o seu conhecimento histórico sobre o que foi ensinado nas aulas-oficina. Assim, apresentaram “duas fontes para o cruzamento das mensagens em ambas” (Silva, Pontes, & Alves, p. 841) e, a partir daí, os/as estudantes

tinham de demonstrar os desenvolvimentos qualitativos do conhecimento histórico como aprendizagem do que foi ensinado anteriormente.

Muitos/as dos/as estudantes apresentaram narrativas que articulavam o passado com a realidade atualmente vivida, atentavam nas disparidades entre o período militar e os dias atuais e instituíaam conexões de pareências. As diferentes narrativas apresentadas mostraram os diversos tipos de consciência histórica numa mesma narrativa. Outros/as estudantes mostraram consciência histórica crítica, mas no final terminavam de modo tradicional. As variedades de conceitos nas respostas comprovam como a prática de aprendizagem realizada foi eficaz, permitindo estimular os/as estudantes a articularem o seu conhecimento e pensamento histórico.

As experiências de ensino/aprendizagem das investigações e dos estudos relatados anteriormente, pretendiam apurar que conhecimentos e consciência histórica possuem as crianças e os/as jovens de diferentes faixas etárias e níveis de ensino, no que diz respeito aos mais variados assuntos tratados em História.

O objetivo do estudo presente neste Relatório é, também, investigar e conhecer quais as concepções dos/as estudantes, neste caso sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal.

Capítulo II – Processo de investigação

2.1. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi de cariz predominantemente qualitativo/interpretativo, visto que o objetivo principal era conhecer quais as noções que estudantes de uma turma do 2.º CEB tinham de Ditadura e de Democracia, com referência ao contexto português, no final do ano letivo.

De acordo com Silva (2013), metodologias qualitativas são “um conjunto de estratégias e métodos de investigação que apresentam características similares entre si” (p. 2). Esta denominação envolve processos interativos, análise de dados e recursos a diversas fontes, utilizando vários métodos, de modo a averiguar a subjetividade de fenómenos sociais.

As metodologias qualitativas envolvem questões a investigar que se prendem com “objetivos de exploração, descrição e compreensão dos fenómenos em toda a sua complexidade”, o que permite “um contacto mais estreito e prolongado com os sujeitos no seu meio natural.” (Silva E. A., p. 2).

O objetivo deste tipo de metodologias é “descrever e compreender o comportamento humano na sua complexidade, explicando o processo mediante o qual os atores sociais constroem os significados atribuídos ao social e, a partir daí, elaborar conceitos (...) que traduzam essa realidade.” (Silva E. A., p. 3)

Ainda segundo o autor supracitado, as metodologias qualitativas possuem diversos aspetos que as caracterizam. Elas exigem que: haja uma maior intervenção por parte do/a investigador(a) sobre o estudo, pois a construção e a compreensão deste preveem partilhas de experiências e significados entre o/a investigador(a) e os indivíduos envolvidos; se construa o saber de forma coletiva, tendo em conta as conceções dos indivíduos envolvidos e os significados que estes atribuem à ação; se interprete a realidade de acordo com as perspetivas dos atores sociais, considerando que têm capacidade para produzir uma realidade e refletir acerca da sua ação.

O presente estudo envolveu, também, sempre que necessário, métodos quantitativos, de maneira a estruturar dados obtidos nas respostas a perguntas fechadas do inquérito por questionário, como tabelas, uma vez que, assim, era possível fazer-se uma melhor leitura e ter uma maior compreensão dos dados.

De acordo com Richardson (1999), citado por Carvalho (2016), a investigação quantitativa caracteriza-se pela implementação da quantificação, quer na recolha de dados, quer no seu tratamento através de técnicas estatísticas.

2.2. Objetivos da investigação

A investigação realizada no âmbito da unidade curricular de PES do curso de Mestrado Ensino do 1.º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB teve como questão de partida:

- ✚ Quais as conceções de estudantes do final do 2.º CEB sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal?

De modo a dar resposta à questão de investigação apresentada anteriormente, foram delineados os seguintes objetivos, que tiveram como desígnio guiar o processo de investigação:

- Conhecer as conceções dos/as estudantes em torno do conceito de Ditadura;
- Conhecer as conceções dos/as estudantes relativas ao conceito de Democracia.

O processo de investigação decorreu em torno dos objetivos delineados, para que fosse possível obter resposta à principal questão de partida.

2.3. Caracterização da estratégia e do processo de investigação

Para realizar a presente investigação partiu-se da análise dos documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação², nomeadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o Programa de História e Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico (volume I e II), as Metas Curriculares e as Aprendizagens Essenciais do 6.º ano. A análise de todos os documentos enumerados permitiu averiguar

²O Despacho n.º 559/2020 determina que os referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular passam a ser constituídos pelos seguintes documentos curriculares: O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os perfis profissionais/referenciais de competência (quando aplicável). Esse Despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2021/2022.

o enquadramento dos conceitos de ditadura e de democracia na documentação ministerial de referência e em que contextos específicos essas noções deveriam ser abordadas.

A revisão da bibliografia inseriu-se na linha de estudos da educação histórica, isto é, a investigação sobre “as concepções históricas dos vários tipos de sujeitos que, no diálogo mental entre as suas ideias de senso comum e uma conceptualização mais sistematizada pelo contacto com a ciência histórica, vão evoluindo (ou não) no seu pensamento histórico.” (Barca, 2013, p. 316)

Na fase de recolher os dados sobre as concepções dos/as estudantes, a estratégia inicialmente desenhada incluía os seguintes métodos e técnicas de recolha de dados:

1. Inquérito por questionário individual a toda a turma;
2. Dramatização – o que implicava dividir a turma em pequenos grupos, atribuindo cenas a cada grupo e em que cada cena se passava na época do regime ditatorial e na época do regime democrático. Antes da realização da atividade seria solicitado à turma que, além do que já aprendera sobre o tema, recolhesse o máximo de informação possível sobre cada um dos regimes, junto a familiares que tivessem vivido em ambas as épocas, para que no momento dos/as estudantes construírem o guião pudessem ter o máximo de dados. Após esta atividade, os/as alunos/as, oralmente, seriam questionados sobre se tinham gostado de realizar a atividade e porquê e o que tinham aprendido; de seguida, seria solicitado que cada um(a) escrevesse anonimamente a sua avaliação da atividade.
3. *Focus group* – seria o último método a aplicar. Neste iriam ser reunidos/as cinco alunos/as, para serem questionados/as sobre se tinham gostado da atividade de dramatização e o que tinham aprendido com ela; como definiam ditadura e como definiam democracia; que mudanças houve no país aquando da implantação do regime democrático constitucional (Constituição de 1976) e serem interrogados/as sobre qual o melhor tipo de regime, na sua opinião, justificando.

Porém, na semana em que se iria iniciar a recolha de dados junto dos/as alunos/as, as escolas do concelho fecharam – no dia 28 de junho de 2021 - devido à crise pandémica de COVID-19. Assim sendo, foi necessário adaptar as estratégias de investigação às circunstâncias. O inquérito por questionário (apêndice A) manteve-se, porém, ao invés de

ser implementado em papel e presencialmente, foi modificado para modo eletrônico e à distância, através do *Google Forms*. A dramatização e o *focus group* foram substituídos por uma redação de um texto individual (apêndice B); neste deveria constar como era a vida antes do 25 de Abril de 1974, como passou a ser a vida após o 25 de Abril de 1974 e uma reflexão sobre qual dos dois regimes é o mais favorável para os/as cidadãos/ãs, justificando as afirmações que fossem expressas.

Capítulo III – Análise e interpretação dos dados

Para se compreender os dados obtidos, é necessário ter em consideração o contexto em que o estudo foi desenvolvido. Como tal, antes da análise e da interpretação dos dados delineamos o contexto do estudo, nomeadamente as características da cidade, do Agrupamento, da escola e da turma.

3.1. Contexto do estudo

A cidade

O Agrupamento onde decorreu a investigação localiza-se no concelho de Olhão, pertencente ao Distrito de Faro, região do Algarve. O município teve a sua criação em 1808.

Antes de 1808, Olhão era uma aldeia que “vivia uma vida de relativa prosperidade e progresso” (Nobre, 2008, p. 25). Contudo, em 1807, a Família Real Portuguesa, sentindo-se intimidada pela aproximação dos exércitos franceses, partiu para o Brasil. Os franceses invadiram e ocuparam Portugal e o povo português recebeu ordens, do decreto real de 26 de novembro, para recebê-los generosamente.

Na aldeia de Olhão, esta ideia não foi bem recebida e desde cedo que os olhanenses começaram a demonstrar descontentamento, tencionando não os receber com hospitalidade. Quando os olhanenses tiveram conhecimento de que “no Porto e em consequência da insurreição então iniciada em Espanha, o General espanhol Domingo Bellesta, ali em serviço, prendera o General-Comandante francês Quesnel e o entregara, antes de sair do nosso País, à Junta Governativa Portuguesa” (Nobre, 2008, p. 25), mostraram-se imediatamente solidários com os revoltosos.

Os primeiros passos de revolta dados pelos olhanenses observaram-se apenas uma semana após a revolta no Porto. No dia 16 de junho do ano de 1808, na festa de Dia do Corpo de Deus, os/as fiéis dirigiram-se para a Missa da manhã e alguns pescadores observavam atentamente um edital, em que Junot convidava o povo português a unir esforços com o povo francês contra a Espanha. O Coronel Lopes de Souza, governador de Vila Real de Santo António, mostrou-se indignado com tal edital junto dos pescadores e isso bastou para que, estes homens, se revoltassem contra a invasão francesa e acabassem por expulsar os franceses (Nobre, 2008).

A notícia da expulsão dos franceses foi levada, por via marítima, pelos marítimos olhanenses no caíque Bom Sucesso, até ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Príncipe Regente e a Corte. Quando regressaram novamente a Portugal, trouxeram a notícia, “por certo a mais alta, a mais honrosa e a de maior projeção no futuro, não apenas deles, mas de todo o povo olhanense” (Nobre, 2008, p. 32), de que a aldeia de Olhão seria elevada à categoria de Vila, passando a intitular-se de Vila de Olhão da Restauração.

Para que Olhão passasse a Vila, era necessário “(...) criar um novo Concelho, dotado de autonomia local (...)” (Mendes, 2009, p. 100), o que aconteceu em 1826 (Nobre, 2008). Neste ano foi, então, fundada a Câmara de Olhão. A freguesia de Moncarapacho, que até então tinha uma parte pertencente ao Termo de Faro e a outra parte ao Termo de Tavira, viu, em 1835, a parte pertencente ao Termo de Tavira integrar-se no Termo de Olhão, e, em 1836, “(...) após novas e insistentes reclamações da Câmara Municipal de Olhão, e sobretudo depois da intervenção direta do próprio Governo do País, é que a Câmara Municipal de Faro se resolveu, finalmente, entregar a documentação, bens e rendimentos das Freguesias de Olhão, Pechão e Quelfes e da parte da Freguesia de Moncarapacho que pertencera ao seu Termo.” (Nobre, 2008, p. 55)

O concelho de Olhão (imagem 1)³ situa-se no sotavento algarvio e inclui uma parte continental e a Ilha da Armona, localizada na Ria Formosa. O município tem a sua área distribuída por quatro freguesias – união das freguesias Fuseta-Moncarapacho, Olhão, Pechão e Quelfes – e a sua população residente, segundo os Censos 2021 (PORDATA, 2021), é de 44.639 habitantes.

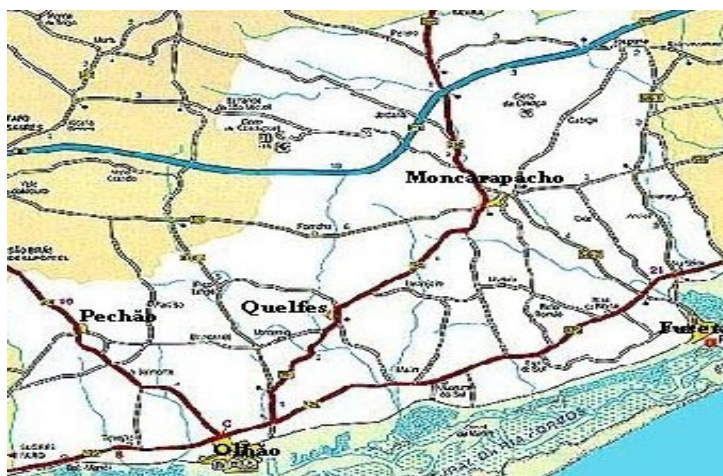


Figura 1. Concelho de Olhão

A estrutura etária da população de Olhão tem vindo a sofrer alterações. O grupo etário 0-14 passou de 16,1% em 2001 para 15,2% em

³Disponível em: https://www.olhaocubista.pt/enquadramento_geografico_do_conc.htm Acesso em novembro de 2021.

2020, uma diminuição de 0,9%. O grupo etário 15-64 passou de 67,0% para 64,2%, uma diminuição de 2,8%. O grupo etário 65 ou mais foi o único em que se verificou um aumento, de 3,25%, tendo passado de 16,8% em 2001 para 20,05% em 2020. Estes dados permitem concluir que a população do município de Olhão tem vindo a envelhecer e a ter cada vez menos jovens e pessoas em idade ativa. (PORDATA, 2021)

O concelho

O concelho de Olhão possui património histórico e arquitetónico valorizado pela comunidade. As suas zonas consideradas históricas – Barreta e Levante – são conhecidas pelas ruas estreitas e casas antigas que possuem açoteias, características do tempo da ocupação árabe. Por tal razão, a cidade de Olhão é conhecida por muitos como a cidade cubista; devido à importância da pesca nas atividades económicas, também há quem a identifique como cidade piscatória.

As atividades económicas do concelho englobam o setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), o setor secundário (indústrias transformadoras) e o setor terciário (alojamento, restauração e similares, comércio por grosso e a retalho, construção e atividades administrativas e dos serviços de apoio).

De acordo com os últimos dados fornecidos pela PORDATA (2021), em 2019, no concelho de Olhão, o setor de atividade predominante, isto é, o que reunia um maior número de trabalhadores/as, era o do comércio por grosso e a retalho, com 18,7%. Este setor era seguido dos restantes: alojamento, restauração e similares (13,6%); agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (12,8%); construção (12,0%); atividades administrativas e dos serviços de apoio (11,2%) e indústrias transformadoras (7,9%). Com estes dados, é possível concluir que, no concelho de Olhão, o setor preponderante é o terciário.

O turismo tem sido uma grande aposta nos últimos tempos, o que permite o crescimento do concelho. Para a sua melhoria e para a atração de pessoas tem-se vindo a apostar na requalificação da zona ribeirinha e na construção de unidades hoteleiras de luxo, como é o caso do Real Marina Hotel & Spa, localizado junto à marina de Olhão.

A nível social, o município de Olhão enfrenta algumas adversidades em áreas como o emprego, a habitação, a educação, a saúde e o acesso a equipamentos e serviços. Tais adversidades levam ao aumento da pobreza e da exclusão social. Porém, o município tem procurado desenvolver políticas sociais que promovam a diminuição e extinção

destas adversidades, através de projetos de desenvolvimento social em articulação com outras entidades. Além disto, o município de Olhão “promove, igualmente, segundo as linhas de orientação municipal, a atribuição e gestão do parque habitacional do município, com vista à melhoria das condições habitacionais de agregados familiares com fracos recursos.” (Câmara Municipal de Olhão, s.d.)

Os problemas sociais mais relevantes são: o desinteresse cultural; a desintegração das famílias; a falta/má gestão de recursos económicos; as carências nas infraestruturas e equipamentos sociais e culturais e as inserções marginais, que têm como principal problema a toxicodependência. Todos estes problemas podem provocar sensações negativas nas crianças e adolescentes: desmotivação, dificuldade na adaptação à escola e baixa expectativa no que toca à escola e ao futuro. Estes problemas contribuem para o insucesso escolar na área.

O município tem vindo a mostrar-se preocupado com os fenómenos supracitados, assim, para promover a diminuição e a extinção dos mesmos, em outubro de 2004, apresentou a sua candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social no Concelho de Olhão, aprovada, em janeiro de 2005, pelo Instituto da Segurança Social – Área de Cooperação e Rede Social.

A Rede Social é um “Programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.” (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, s.d.). Mais concretamente em relação à Rede Social de Olhão, esta pretende articular “parceiros e propósitos, fomentando a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais existentes no concelho e contribui para a ativação dos meios e agentes locais, de modo a definir prioridades e planejar com o esforço de todos[as].” (Município de Olhão - Divisão de Planeamento Estratégico e Coesão Social, s.d.)

No que à cultura diz respeito, o município de Olhão tem procurado investir cada vez mais nesta área. O concelho possui diversos espaços destinados aos mais variados tipos de público. A mais recente infraestrutura cultural da cidade é o Auditório Municipal, onde é possível assistir, regularmente, a diferentes tipos de espetáculo – teatro, música, dança...

Além do Auditório Municipal, existe, também, na cidade, uma Biblioteca, um Arquivo Histórico e um Museu Municipal. No concelho encontram-se, igualmente, várias associações culturais, que permitem confirmar a dinâmica cultural existente. (Câmara Municipal de Olhão, s.d.)

O Agrupamento e a Escola Básica

O Agrupamento é formado por duas escolas: uma Escola Básica de 1.º Ciclo e uma Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos (Agrupamento de Escolas, 2017-2021).

Este Agrupamento faz parte do Programa TEIP devido às características do concelho em que está inserido. Segundo a Direção-Geral da Educação (s.d.), este Programa “é uma iniciativa governamental, implementada em 136 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam.” O Programa TEIP tem como principais objetivos prevenir e reduzir o abandono escolar precoce, reduzir a indisciplina e promover o sucesso educativo de todos/as os/as alunos/as.

O Jardim-de-Infância e a Escola Básica do 1.º CEB inclui a Educação Pré-Escolar e o 1.º CEB.

A Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos inclui somente estes dois graus de ensino.

A EB1 possui instalações do Plano Centenário (1948). Relativamente à EB 2,3, a sua tipologia é T24, construído em 1990. Ambas as escolas têm condições para desenvolver práticas pedagógicas, porém necessitam de algumas obras de reabilitação.

A EB1 é constituída por: 15 salas de aula normais; salas específicas para a Educação Inclusiva; biblioteca escolar; refeitório; sala de professores, um gabinete, 4 arrecadações, campo de jogos; casas de banho para alunos e alunas e casas de banho para pessoal docente e não docente.

A EB 2,3 constitui-se por: 32 salas de aula normais; 2 laboratórios; uma sala específica para Música; 2 salas específicas para Ciências Naturais; 3 salas específicas para TIC; uma sala específica para Educação Tecnológica; uma sala específica para Educação Visual; biblioteca escolar; cantina; 2 Gabinetes de Gestão; Serviços de Administração; 2 Gabinetes Serviços Técnico Pedagógicos (SPO, GAAF); 2 Gabinetes de Diretores de Turma; Reprografia; Papelaria; Bar do/a aluno/a; Sala de Docentes; Sala

de Pessoal Não Docente; Sala de Convívio de Alunos/as; 10 arrecadações; Ginásio; Pavilhão e Campo de Jogos.

No ano letivo de 2018/2019, o Ensino Básico do 1.º ciclo encontrava-se distribuído por 15 turmas, tendo um total de 360 alunos/as. O Ensino Básico do 2.º e 3.º ciclos, no mesmo ano letivo, compreendia turmas do Ensino Regular, que inclui estudantes de medidas de apoio à Educação Inclusiva, turmas com PCA e turmas em CEF; no total havia 207 alunos/as no 2.º ciclo.

Do pessoal docente faziam parte, no ano letivo 2018/2019, 74 do Quadro de Agrupamento, 16 do Quadro de Zona Pedagógica e 11 a contrato; perfazendo um total de 101. O Agrupamento tem vindo a consolidar o seu corpo docente, tendo no presente um corpo docente profissionalizado e estável, somente 13 professores/as são contratados/as. Existia, ainda, a colaboração de um docente contratado pela Câmara Municipal de Olhão, para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, mais concretamente para a Educação Física, no 1.º CEB.

O pessoal não docente era constituído por 27 assistentes operacionais; 10 assistentes técnicos; um técnico superior a meio tempo no SPO e dois no GAAF; um total de 40.

No Agrupamento existe população proveniente de bairros sociais, facto que está relacionado com o insucesso escolar das crianças e jovens, por diversos motivos: falta de habilitações por parte dos/as encarregados/as de educação que acabam por não conseguir ajudar/acompanhar os/as filhos/as; influência do ambiente do bairro que pode fazer com que as crianças e jovens se desinteressem pela vida escolar; entre outros. Neste Agrupamento, as problemáticas mais evidenciadas são: insucesso escolar, comportamentos sociais inadequados e fraco envolvimento das famílias na vida escolar.

O fraco envolvimento das famílias na vida escolar é um dos problemas mais evidentes nos dias de hoje. O facto dos/as encarregados/as de educação não se envolverem nas atividades escolares, influencia o sucesso educativo que - para além de depender do desenvolvimento cognitivo e da motivação dos/as estudantes, das suas relações interpessoais com os/as colegas e professores/as e da sua integração na escola - depende da estabilidade afetiva e familiar. Quando existe uma comunicação estável e eficaz entre a família e a escola, a família começa a confiar e a cooperar com os/as professores/as e com a escola e vendo este meio de forma mais positiva e entendem-no melhor. Se os pais

e as mães confiarem na escola e transmitirem isso aos seus educandos e às suas educandas, estes/as aumentam o seu interesse e motivação, levando-os/as ao caminho do sucesso.

A ideia anterior é corroborada por Perrenoud, citado por Abreu (2016, p. 18), que afirma que “na nossa sociedade, o destino de uma família está, em parte, ligado à escolaridade dos[as] seus[suas] filhos[as]”, ou seja, é imprescindível suscitar à família o dever da cidadania, “consciencializando-os para a necessidade de participarem ativamente na vida escolar”, para, deste modo, conseguirem dar o apoio e a ajuda necessária aos/às seus/suas educandos/as, para que estes/as atinjam os seus objetivos. Com isto, compreende-se que a família é um meio indispensável para o desenvolvimento da criança e que esta valorizará a escola se sentir que a família também o faz.

Para combater o insucesso escolar, foram definidas estratégias de intervenção, de diversas vertentes, apropriadas ao contexto específico da escola:

- Vertente Pedagógico/Didática

- Diferenciação das Ofertas Formativas;
- Articulação horizontal (entre o mesmo nível/ano/ciclo) e vertical (entre todos os níveis de educação e ensino);
- Atividades de carácter científico-experimental;
- Desporto escolar;
- Programa de Educação Para a Saúde;
- Programa Eco-Escolas;
- Participação em projetos, concursos e programas;
- Eventos culturais e desportivos;
- Quadros de Valor e Excelência e de Mérito Desportivo.

- Vertentes Social e Material

- Auxílios económicos;
- Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família;
- Manutenção e conforto dos espaços;
- Atualização do equipamento e de sistemas informáticos;

- Segurança.
 - Vertente Organizacional
- Desenvolver uma cultura de liderança;
- Apoiar a formação de docentes, não docentes e pessoal técnico;
- Consolidação das atividades da Associação de Pais.

A interligação entre as diferentes estratégias de intervenção tem favorecido o decréscimo do insucesso escolar neste Agrupamento, o que se torna uma mais-valia para o futuro das crianças, dos/as jovens, das suas famílias e do seu futuro.

A turma

Na EB 2,3 decorreu o estágio e investigação com uma turma de 6.º ano do 2.º CEB. Esta turma era constituída por 22 alunos/as: 10 raparigas e 12 rapazes. A média de idades era 11 anos. Uma das alunas estava integrada na Educação Inclusiva, com um currículo adaptado às suas necessidades, usufruindo de medidas adicionais. Ela encontrava-se a um nível de aprendizagem de 3.º ano e não frequentava todas as disciplinas, assim, as suas aulas e avaliações não eram responsabilidade dos/as professores/as desta turma. Os/As restantes alunos/as usufruíam de medidas universais.

De acordo com a ficha biográfica da turma, no ano letivo 2020/2021, a maior parte dos/as estudantes vivia com o pai e com a mãe e tinham um(a) irmão/ã. No que diz respeito à situação profissional dos pais e das mães, mais de 50% trabalhava por conta de outrem estando efetivo/a. Na grande maioria, o/a encarregado/a de educação era a mãe e apenas uma pequena percentagem tinha um(a) tutor(a) como encarregado/a de educação. Nenhum dos/as alunos/as tinha o pai com esta função.

Uma grande parte da turma nunca teve de repetir nenhum ano, porém 15% já repetiu, pelo menos, um. Relativamente a escalões do subsídio escolar, metade da turma possuía Escalão B⁴, 40% não detinha qualquer tipo de escalão e 10% tinha Escalão A⁵.

⁴A alimentação tem uma comparticipação de 50%, o material escolar um valor máximo de 8€ e as visitas de estudo têm um limite de 10€.

⁵A alimentação é comparticipada a 100%, o material escolar tem uma comparticipação máxima de 16€ e as visitas de estudo de 20€.

Segundo essa mesma ficha, 420% dos/as alunos/as estudava muitas vezes, 35% estudava algumas vezes e apenas 25% estudava todos os dias. A maioria preferia estudar acompanhado/a e tinha quem ajudasse durante o processo. Todos/as estudantes tinham internet em casa, mas nem todos/as possuíam computador, embora fosse uma minoria. Alguns/mas alunos/as praticavam atividades extracurriculares, como dança, futebol, natação, entre outros; havia, ainda, quem frequentasse o desporto escolar.

De um modo geral, todos/as pretendiam frequentar a Universidade no futuro e de ter profissões como: cozinheiro/a; cabeleireiro/a; polícia; veterinário/a; engenheiro/a informático; dentista; neurocirurgião/neurocirurgiã; ator/atriz; presidente; futebolista; arqueólogo; médico/a. No entanto, alguns/mas ainda não tinham definido o seu caminho.

O comportamento desta turma dependia de vários fatores. Um dos fatores mais relevantes era a hora do dia. Isto porque, no período da manhã, na primeira e/ou segunda aula, a turma ainda estava focada, participativa, empenhada, porém, quando a hora de almoço se aproximava, começavam a desinteressar-se, a perder o foco e, inclusive, alguns/mas estudantes começavam a tentar destabilizar a aula. Um dos alunos apresentava um comportamento mais desviante e desestabilizador, tendo já sido suspenso por três dias no 3.º período. Este aluno, muitas vezes, não respeitava o que lhe era solicitado.

As notas da turma também não eram as melhores; existiam alunos/as que se aplicavam bastante, participavam ativamente, quer autonomamente quer quando solicitados/as, mas era apenas um pequeno grupo, os/as restantes não mostravam interesse e facilmente se esqueciam dos assuntos que estavam a ser tratados.

3.2. Contexto da abordagem ao tema – Ditadura e Democracia

A abordagem ao tema – Ditadura e Democracia - nas aulas de HGP teve, em ambos os casos, como começo um diálogo com a turma acerca de como se vivia/vive nesses dois contextos políticos, tendo a professora cooperante falado um pouco sobre a sua própria experiência de vida em cada um deles, antes de iniciar a matéria propriamente dita.

Durante o estudo do Estado Novo, do fim do regime (25 de Abril de 1974) e da implementação da democracia em Portugal, muitos dos elementos da turma estavam interessados e participavam ativamente durante as aulas, referindo opiniões pessoais e histórias que lhes foram contadas por familiares que viveram naquela época.

Contudo, numa das atividades implementadas pela professora cooperante, em que esta leu um texto sobre liberdade, para comemorar o 25 de Abril, alguns/mas estudantes distraíram-se e começaram na brincadeira e a fazer piadas sobre o que estava a ser lido. Após a leitura foi proposto que escrevessem um poema sobre o que, para eles/as, era a liberdade. Durante a atividade foram, ainda, ouvidas duas músicas chave desse dia, mas a turma já estava bastante agitada e não colaborou. A agitação e brincadeira da turma durante as atividades poderia demonstrar que, ainda, não compreendiam, na íntegra, a importância que o 25 de Abril teve para o nosso país.

3.3. Concepções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal em turma do 2.º ciclo do Ensino Básico no Algarve

3.3.1. Análise e interpretação do inquérito por questionário

O inquérito por questionário (apêndice A) - aplicado entre 29 de junho e 1 de julho de 2021 - foi o primeiro método de recolha de dados utilizado para sondar as concepções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal. Nele obteve-se um total de 20 respostas. Embora a turma fosse composta por 22 alunos/as, sendo uma aluna da Educação Inclusiva e não participando nas aulas de HGP, como já foi referido anteriormente, o que faz um total 21 alunos/as que participaram na disciplina, houve um elemento que não respondeu.

A pergunta sobre o sexo de cada um(a) permitiu que se verificasse um total de 9 respostas do sexo feminino e 11 do sexo masculino, ficando a faltar uma resposta do sexo masculino (gráfico 3.1.).



Gráfico 3.1. Respondentes por sexo

A segunda pergunta “Em que regime se vive em Portugal nos dias de hoje?” (tabela 3.1.) teve resposta consensual, com todos/as os/as alunos/as a responderem “Democracia”, o que mostra que estão conscientes do tipo de regime que vigora, em Portugal, no século XXI.

Sexo	Em que regime se vive em Portugal nos dias de hoje?
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Feminino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia
Masculino	Democracia

Tabela 3.1. Pergunta "Em que regime se vive em Portugal nos dias de hoje?"

Nas questões de Verdadeiro e Falso relativas à caracterização do conceito de Democracia verificou-se algumas oscilações, dependendo da pergunta.

Pergunta 1 - A Ditadura é um regime de caráter autoritário e absoluto.

A resposta correta é “Verdadeiro”. No entanto, duas alunas responderam “Falso” (tabela 3.2.). Assim, de 20 respostas obtidas, 18 foram “Verdadeiro” e 2 “Falso”.

As alunas que responderam de forma errada a esta questão, acertaram na pergunta 3. Deste modo, a inferência que se pode fazer é que esta pergunta não foi bem lida e bem compreendida, tendo sido por este motivo que surgiram respostas incorretas.

Sexo	A Ditadura é um regime de caráter autoritário e absoluto.
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro

Tabela 3.2. Pergunta 1 - A Ditadura é um regime de caráter autoritário e absoluto.

Pergunta 2 – A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos.

A resposta correta é “Falso”. Uma rapariga e um rapaz responderam “Verdadeiro” (tabela 3.3.). De 20 respostas, 18 responderam “Falso” e 2 “Verdadeiro”.

A aluna e o aluno que erraram nesta pergunta, acertaram na questão 4, o que, mais uma vez, leva a crer que esta pergunta, tal como a anterior, não foi lida e compreendida.

As respostas afirmativas desafiam para um diálogo com os/as estudantes, no sentido de aprofundar o significado destas respostas.

Sexo	A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos.
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso

Tabela 3.3. Pergunta 2 – A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos.

Pergunta 3 – A Democracia é um regime constitucional e liberal.

Pergunta 4 – Na Democracia existe liberdade para criar novos partidos políticos.

As respostas certas a ambas as perguntas é “Verdadeiro”. Todos/as os/as inquiridos/as responderam corretamente a ambas (tabela 3.4.).

Sexo	A Democracia é um regime constitucional e liberal.	Na Democracia existe liberdade para criar novos partidos políticos.
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro	Verdadeiro

Tabela 3.4. Pergunta 3 – A Democracia é um regime constitucional e liberal. Pergunta 4 – Na Democracia existe liberdade para criar novos partidos políticos.

Pergunta 5 – A Ditadura incentiva à liberdade de expressão.

A resposta correta é “Falso”. Uma rapariga e dois rapazes responderam “Verdadeiro”. De 20 respostas, 17 responderam “Falso” e 3 “Verdadeiro” (tabela 3.5.).

As respostas erradas permitem levantar diversas questões: que os/as alunos/as não sabem o significado do verbo “incentivar”, ou leram mal a questão ou não têm bem definido o conceito de ditadura. Em qualquer caso, as respostas afirmativas justificam a necessidade de procurar a clarificação dos fundamentos de tais respostas.

Sexo	A Ditadura incentiva à liberdade de expressão.
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso

Tabela 3.5. Pergunta 5 – A Ditadura incentiva à liberdade de expressão.

Pergunta 6 – A Ditadura concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que o exerce com autoridade absoluta.

A resposta certa é “Verdadeiro”. Contudo, duas raparigas e um rapaz responderam “Falso”. De 20 respostas obtidas, 17 responderam “Verdadeiro” e 3 “Falso” (tabela 3.6).

As três respostas erradas levam a crer que os/as jovens não têm as suas aprendizagens bem definidas sobre este tema ou que se inscrevem em uma cultura política não democrática.

Sexo	A Ditadura concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que o exerce com autoridade absoluta.
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Masculino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro

Tabela 3.6. Pergunta 6 – A Ditadura concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que o exerce com autoridade absoluta.

Pergunta 7 - A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião.

A resposta correta é “Falso”. Três raparigas e cinco rapazes responderam “Verdadeiro”. Dos/as 20 inquiridos/as, 12 responderam “Falso” e 8 “Verdadeiro” (tabela 3.7.).

As respostas incorretas permitem levantar algumas hipóteses: que os/as alunos/as não sabem o significado do verbo “limitar”, que leram mal a questão ou que não têm bem definido o conceito de democracia. Em qualquer caso, as respostas a esta questão sugerem necessidade de um diálogo posterior, no sentido de procurar conhecer os argumentos que as sustentam.

Sexo	A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião.
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Verdadeiro
Feminino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso

Tabela 3.7. Pergunta 7 - A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião.

Pergunta 8 - Na Democracia, as eleições não são livres.

A resposta correta é “Falso”. Apenas um rapaz respondeu “Verdadeiro”, tendo havido 19 alunos/as a responder “Falso” (tabela 3.8.).

Da resposta inadequada infere-se que o aluno não leu atentamente a afirmação ou ainda não tem o conceito de democracia bem clarificado.

Sexo	Na Democracia, as eleições não são livres.
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Feminino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Falso
Masculino	Verdadeiro
Masculino	Falso

Tabela 3.8. Pergunta 8 - Na Democracia, as eleições não são livres.

Nas questões de resposta aberta, em que os/as alunos/as deveriam dar a sua opinião, as suas conceções mantiveram-se e foram ao encontro de muitas das afirmações da questão de verdadeiro e falso. Na tabela 3.9., verifica-se a conceção que cada um(a) dos/as alunos/as tem acerca do que é viver numa Ditadura, assim como as vantagens e as desvantagens deste regime.

Sexo	Para ti, o que é viver numa Ditadura? (Como é viver neste regime; vantagens e desvantagens...)
Feminino	A ditadura não tem vantagens porque as pessoas não vivem em liberdade.
Feminino	A vantagem é a proteção das florestas e a desvantagem é a falta de liberdade de expressão.
Feminino	Para mim viver numa ditadura é não podermos ter a nossa opinião e direitos e termos de viver comandados por ditadores.
Feminino	Não vejo nenhuma vantagem e as desvantagens não havia liberdade.
Feminino	Para mim é não poder fazer nada, mas também há muita falta de comida e etc...
Feminino	Para mim não existe vantagens de viver numa ditadura, uma desvantagem é não termos liberdade de expressão, sermos obrigados a votar num único partido político e só termos uma única pessoa a governar o país.
Feminino	as desvantagens é que morriam muitas pessoas e as vantagens foi o crescimento económico por um lado é bom, mas por outro é um pouco mau
Feminino	Vantagens: Não há Desvantagens: Liberdade de expressão e liberdade ao voto
Feminino	Vantagem: a proteção das florestas desvantagem: falta de liberdade de expressão.
Masculino	Viver numa ditadura é não ter liberdade, é ser mandado por alguém ou por um governo, sem podermos dar a nossa opinião, debater ou mostrar descontentamento sobre algum tema.
Masculino	Desvantagens: é viver à força e vantagens não há nenhuma
Masculino	Ser oprimido

Masculino	viver numa ditadura é mau porque não tens liberdade, más condições de vida, mas por outro lado não há vantagens
Masculino	Para mim é mau nunca vivi, mas acho que é mau não ter liberdade para falar e expressar o que sentem
Masculino	Penso que seja difícil viver num regime onde não há liberdade penso que tenha sido vantajoso pelo lado de as pessoas adaptarem-se a uma vida com mais restrições e menos liberdade para então entenderem que a vida nem sempre pode ser fácil. Porém, a ditadura não foi apenas boa tiveram vários motivos que a deixarem opressora motivos esses como: tortura e ausência dos direitos humanos, a censura e ataque a imprensa, o poder não era dividido então quase que dependíamos de uma só pessoa, as regras que nos impediam de sermos livres de fazermos o que nós quisermos.
Masculino	Para mim a ditadura é pior do que na democracia, porque os poderes estão todos nessa pessoa pode fazer um erro e por todo o país com problemas, mas também pode ser bom porque as pessoas fazem erros ao escolher o presidente e aqui ele não é escolhido por pessoas, mas sim o filho do rei
Masculino	Não havia desemprego, mas os salários eram muito baixos. Não tinham liberdade em nada, nem como se expressar, nas próprias ideias e opiniões.
Masculino	para mim viver numa ditadura é não poder fazer nada. As vantagens são que temos mais segurança e as desvantagens é que não podemos escolher a pessoa para liderar
Masculino	Falta de privacidade, de liberdade de expressar ideias
Masculino	Para mim é difícil imaginar-me a viver num regime de ditadura porque desde que nasci que conheço a liberdade. Acho que seria terrível não poder dar opinião sobre os diferentes assuntos, não escolher os livros de que gosto de ler e não haver escolha de candidatos nas eleições. Não encontro vantagens de se viver numa ditadura.

Tabela 3.9. Para ti, o que é viver numa Ditadura?

Nas respostas dadas à questão, tanto as crianças de sexo feminino como as crianças de sexo masculino foram bastante consensuais. Grande parte referiu que o regime ditatorial não tem qualquer tipo de vantagens, porém houve quem referisse que na altura da ditadura, em Portugal, havia uma maior proteção das florestas e que, o facto de ter havido esse tipo de regime e muitas restrições, sobretudo no que se refere à liberdade, fez com que a população se adaptasse e compreendesse que a vida nem sempre pode ser fácil. Alguns elementos do sexo masculino consideraram, ainda, que na época não havia desemprego, embora os salários fossem baixos, e havia mais segurança.

No que se refere às desvantagens, a maioria referiu que não havia liberdade, especialmente de expressão; havia falta de alimentos, más condições de vida e muitas pessoas morriam; era obrigatório votar-se apenas num partido único e o poder não era partilhado; a opressão era uma constante na vida da população portuguesa, assim como a tortura e a ausência de direitos humanos e havia censura e ataque à imprensa.

Houve, ainda, um estudante do sexo masculino que realçou o facto de ser difícil imaginar-se a viver num regime ditatorial, visto conhecer a liberdade desde sempre.

Estas conceções dos/as alunos/as mostram que a ideia geral que têm de um regime ditatorial é a de que este não permite que haja liberdade de expressão, de opinião, e que limita o ato eleitoral, que devia ser um direito de todos e de todas escolher livremente os seus representantes. No entanto, também se verifica que alguns/mas jovens assumem que existia maior segurança e proteção das florestas durante o regime ditatorial.

Na tabela 3.10. observa-se a conceção que cada um(a) dos/as alunos/as tem acerca do que é viver numa Democracia, assim como as vantagens e as desvantagens deste regime.

Sexo	Para ti, o que é viver numa Democracia? (Como é viver neste regime; vantagens e desvantagens...)
Feminino	Em democracia podemos dar a nossa opinião e termos mais opções de escolha da maneira de como queremos viver.
Feminino	A vantagem é ter liberdade de expressão e a desvantagem é que nem sempre a melhor ideia vence.
Feminino	Viver no regime democrata temos como vantagens a liberdade de expressão e opinião o direito ao voto o direito a educação e ao trabalho.
Feminino	Não há desvantagens, as vantagens tenho liberdade de falar, estudar, votar...
Feminino	é melhor do que viver na ditadura, há liberdade.
Feminino	Uma vantagem de viver na democracia é termos liberdade de expressão e uma desvantagem é a dificuldade de chegar a um consenso de opiniões.
Feminino	as vantagens é que todo mundo é igual e as desvantagens são que há muitas dificuldades em chegar a um consenso de opiniões
Feminino	Vantagens: Liberdade do voto, Liberdade de expressão Desvantagens: Não sei
Feminino	Vantagem: não lembro
Masculino	Viver numa democracia é algo positivo, pois embora haja um governo por de trás das leis, estas são postas a público para serem discutidas até serem aprovadas, e em democracia chega ao poder quem o povo elege. Aqui neste regime a voz do povo faz-se ouvir e temos liberdade de mostrar o nosso descontentamento ou contentamento.
Masculino	Fazer o que tu quiseres e ao mesmo tempo fazer o que não quiseres
Masculino	Ter liberdade de expressão.

Masculino	Viver numa Democracia é bom porque temos liberdade de opção de votar em quem quisermos, mas o mau é falta de ordenados
Masculino	Para mim é normal nunca vivi em uma ditadura, eu sinto me bem e tenho libertado de opinião e expressão
Masculino	A democracia pelo contrário da ditadura já tem menos restrições e temos mais liberdade. Tem como suas vantagens: a liberdade de opinião e expressão, leis bem organizadas, Divisão dos poderes e diversos partidos políticos. Tem como desvantagens: quem tiver a melhor ideia empresarial vence as eleições à presidência
Masculino	viver numa democracia é melhor do que na ditadura, porque os cidadãos é que escolhem quem fica no poder, mas há vezes em que os cidadãos fazem algumas escolhas erradas
Masculino	Temos liberdade de expressão, podemos dar a nossa opinião. Temos mais poluição.
Masculino	Uma democracia é viver em liberdade. As vantagens são nós podermos escolher o nosso partido, as desvantagens são que não há muita segurança
Masculino	Viver dentro de uma sociedade que seja justa para as necessidades do povo
Masculino	Para mim viver numa democracia é viver como hoje porque também nunca vivi noutra regime. Vantagens: liberdade de expressão, liberdade de escolhas e ausência de opressão. Desvantagens: por vezes a liberdade confunde-se com o incumprimento de regras.

Tabela 3.10. Para ti, o que é viver numa Democracia?

Nesta questão, as respostas seguiram genericamente o mesmo sentido, nos/as alunos/as de ambos os sexos.

A grande maioria referiu que no regime democrático existe uma maior liberdade, inclusive de expressão e de opinião. Todos/as têm direito ao voto, à educação e ao trabalho. Alguns elementos do sexo masculino referiram que apenas chega ao poder quem o povo elege e que, neste tipo de regime, se pode escolher o partido político. Ainda houve quem realçasse a participação dos/as cidadãos/ãs na discussão pública no processo de produção legislativa: “embora haja um governo por detrás das leis”, estas são colocadas a público, de modo a “serem discutidas, até serem aprovadas.”

No que toca às desvantagens, muitos/as referiram que não existem, mas houve quem fosse mais longe. Alguns/mas indicaram aspetos de diversa ordem, como: há falta de ordenados, isto é, há desemprego e salários baixos; nem sempre a melhor ideia é a que vence ou quem tem a melhor ideia empresarial vence as eleições à presidência; existe dificuldade em chegar a um consenso de opiniões; há vezes em que os/as cidadãos/ãs fazem escolhas erradas; há mais poluição e não há muita segurança.

Um estudante do sexo masculino expôs, também, que, por vezes, a liberdade se confunde com o incumprimento de regras, o que veio corroborar a ideia das vantagens referidas por outros/as alunos/as que afirmaram que na democracia se pode fazer “o que tu quiseres”. Este elemento mostra, de forma indireta, que a liberdade não significa fazer tudo o que se quiser, pois existem regras que devem ser cumpridas. As regras existem em todos os regimes e devem ser respeitadas, terá sido este o significado da resposta “fazer o que tu quiseres e ao mesmo tempo fazer o que não quiseres.”

Estas conceções mostram que os/as jovens compreendem que o regime democrático é o oposto do regime ditatorial. Segundo as suas conceções, o regime democrático permite que os/as cidadãos/ãs participem ativamente na sociedade, de forma direta e indireta, mas que, como em qualquer contexto/regime em que se está inserido/a, existem regras que devem ser cumpridas. Não existem apenas direitos que assistem os/as cidadãos/ãs, estes/as têm, também, deveres. Deste modo, observa-se que está presente a ideia de que um cidadão/ã que vive em democracia deve agir consoante a lei e os direitos e deveres que regem a vida em comum. Tal não impede que por abuso da liberdade se violem as normas, o que é considerado como uma desvantagem do regime democrático.

3.3.2. *Análise da redação de um texto*

Na segunda atividade – redação de um texto (apêndice B) – cada estudante (21 no total) tinha de escrever um texto – em documento Word, numa folha, num caderno - onde indicassem como era a vida antes do 25 de Abril de 1974, como passou a ser a vida após o 25 de Abril de 1974 e fazer uma reflexão acerca de qual dos dois regimes (ditadura ou democracia) é mais favorável para os cidadãos e para as cidadãs, justificando as suas afirmações.

Na primeira questão foram bastante consensuais. Tanto as crianças do sexo feminino como as do sexo masculino referiram que, antes do 25 de Abril de 1974, se vivia em Ditadura, em Portugal, e a vida da população era muito difícil, dado que:

- Não havia liberdade de expressão, de opinião, de associação e de reunião;
- Existia censura nos meios de comunicação (rádio, televisão), em espetáculos de teatro e nos livros;
- As eleições não eram livres e as mulheres só podiam votar se tivessem o ensino secundário;
- Houve muitas mortes durante a Guerra Colonial;
- Havia presos políticos;
- Nas escolas, não havia turmas mistas e, por vezes, os rapazes iam à escola na parte da manhã e as raparigas na parte da tarde. O uso de farda era obrigatório;
- As mulheres não tinham os mesmos direitos que os homens;
- Não havia salário-mínimo e, como tal, os patrões pagavam o que queriam;
- Muitos/as idosos/as não tinham reforma;
- As crianças e os/as jovens eram obrigados/as a trabalhar.

Entre as crianças do sexo feminino houve, ainda, quem acrescentasse que:

- O divórcio não era permitido;
- Enfermeiras, telefonistas e hospedeiras da TAP não se podiam casar e as professoras tinham de ter uma autorização especial;

- Todas as mulheres casadas só podiam sair sozinhas do país com a autorização do marido;
- Não era permitido consumir produtos de outros países, isto é, não havia liberdade de escolha dos produtos para consumo.

Entre as crianças do sexo masculino, algumas acrescentaram:

- A população trabalhava muito e ganhava pouco;
- Havia proibição de greves e manifestações;
- Criação de livros escolares que elogiavam Salazar;
- Salazar mandou construir estradas, pontes, edifícios públicos, escolas, barragens e hospitais, o que melhorou as condições de vida da população e fez com que o turismo chegasse a Portugal, assim como algumas importantes indústrias (têxteis, conservas e siderurgia) junto às cidades de Lisboa, Porto e Setúbal;
- Havia muito desemprego e, portanto, muitos/as portugueses/as emigraram;
- Havia fome e miséria;
- As pessoas viviam com medo;
- Pagava-se muitos impostos.

Na questão “Como passou a ser a vida após o 25 de Abril de 1974?” também houve bastante acordo entre os rapazes e as raparigas. As crianças de ambos os sexos referiram que após o 25 de Abril de 1974, se instaurou, em Portugal, a Democracia e que a vida da população mudou positivamente.

Os/as alunos/as mencionaram que:

- Passou a haver mais liberdade de expressão, de opinião, de associação e de reunião e, então, mais convívios sociais;
- As eleições passaram a ser livres, para maiores de 18 anos, independentemente do seu sexo;
- Terminou a Guerra Colonial;
- Findou a censura e polícia política;
- Começou a haver mais justiça;

- Se implementou o salário mínimo;
- A imprensa ganhou liberdade;
- Cessou a obrigatoriedade do serviço militar;
- A democracia trouxe mais direitos e igualdade para os/as cidadãos/ãs, tendo as estudantes do sexo feminino acrescentado, nesta última, que as mulheres começaram a poder casar-se e ir para onde quisessem sem a autorização do marido;
- O divórcio passou a ser permitido.

As raparigas acrescentaram que houve bastantes avanços sociais e que se tornou permitido consumir produtos de outros países, algo que não era livre antes do 25 de Abril.

Os rapazes referiram que:

- Estudar se tornou um direitos de todos/as;
- Iniciou-se o direito à greve;
- Houve libertação dos presos políticos;
- O povo tornou-se soberano;
- Verificou-se uma diminuição dos preços.

De indicar que um dos rapazes mencionou que, na sua opinião, votar é um dever, pois muitas pessoas morreram para que fosse possível ter obtido o direito ao voto.

Na questão referente à reflexão sobre qual dos dois regimes é mais favorável para os cidadãos e para as cidadãs, toda a turma foi unânime na resposta: Democracia.

As crianças dos dois sexos indicaram que a democracia oferece mais liberdade de expressão, de reunião, de associação e de opinião e direitos iguais. Referiram, também, que a democracia trouxe benefícios ao país, na medida em que a taxa de analfabetismo diminuiu, a censura e a opressão tiveram o seu fim e passou a haver melhores condições de vida e de saúde, devido à implementação do salário-mínimo.

Os estudantes do sexo masculino acrescentaram, ainda, que a democracia veio pôr fim à guerra e libertar as colónias e que, embora seja o tipo de regime mais favorável, também aumentaram os níveis de corrupção.

3.3.3. Síntese e interpretação dos resultados

Com os dados obtidos, no inquérito por questionário e na redação do texto, verifica-se que todos/as os/as estudantes desta turma têm plena consciência de que, em Portugal, atualmente, se vive num regime democrático, e que este regime substituiu a ditadura após o 25 de Abril de 1974.

A grande maioria destes/as estudantes compreende que a ditadura é um regime autoritário e absoluto, que concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe, que impede que a população viva livremente e usufrua da sua cidadania em pleno e que não permite a existência de vários partidos políticos.

Através dos dados obtidos, observa-se que estes/as jovens têm consciência de que a ditadura negou aos portugueses e às portuguesas muitos dos seus direitos e liberdades, como: o direito ao voto, o direito à greve, a liberdade de expressão, de reunião, de associação e de opinião... Para além disto, as pessoas viviam em condições precárias (trabalhavam muito e ganhavam pouco) e, muitas delas, passavam fome. Não obstante, algumas estudantes revelaram consciência de que antes do 25 de Abril de 1974, as mulheres eram quem tinha menos direitos e que tinham de ser submissas aos homens.

Estes/as alunos/as, também, têm a conceção de que, nas escolas, durante a ditadura, não havia turmas mistas – os rapazes iam para um lado e as raparigas para o outro – e o uso de farda era obrigatório para todos/as.

Relativamente à democracia, a opinião é comum aos/às estudantes: é o tipo de regime mais favorável para todos/as os/as cidadãos/ãs. Nas suas conceções afirmam que este regime é constitucional e liberal e que institucionalizou o multipartidarismo. Além disso, têm plena consciência de que a democracia oferece à população mais liberdades, mais justiça, mais direitos e igualdade.

Embora grande parte destes/as estudantes saiba e conheça características dos dois tipos de regime – ditadura e democracia – ainda há alguns/mas que revelam dúvidas e/ou incoerências ou, talvez, falta de atenção. Estes aspetos verificam-se nas respostas ao inquérito por questionário, em que alguns/mas estudantes apresentaram respostas equivocadas. Contudo, nas perguntas de resposta aberta e na redação do texto, apresentaram conceções mais coerentes que vão ao encontro das reais características de cada um dos regimes. Esta situação verificou-se na questão de verdadeiro e falso, nas afirmações: “A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos”, “A Ditadura

incentiva à liberdade de expressão”, “A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião” e “Na Democracia, as eleições não são livres”. A afirmação que recolheu maior número de respostas erradas foi a “A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião”, em que 8 alunos/as responderam verdadeiro. Se realmente esta fosse a sua conceção, nas perguntas de resposta aberta e na atividade de redação de um texto, a sua perceção teria sido consonante e tal não se verificou, pois todos/as eles/as referiram, em todas as ocasiões, que a democracia proporciona à população mais liberdade de expressão e de reunião, e que estas liberdades começaram a ser desfrutadas após o 25 de Abril de 1974. De salientar, ainda, que um aluno referiu que, na ditadura, o presidente não é escolhido por pessoas, mas sim “o filho do rei”; neste caso, infere-se a debilidade dos seus conhecimentos prévios acerca do assunto.

Outros aspetos que se verificam na análise dos dados recolhidos, é que as conceções das crianças do sexo feminino envolvem, na sua grande maioria, problemas sociais; ao contrário das crianças do sexo masculino, cujas conceções, para além de serem de nível social, são também de nível económico e político. Os estudantes do sexo masculino mostraram ter uma visão mais plurifacetada sobre cada tipo de regime. Referiram-se à possibilidade de a população cometer erros na escolha dos seus representantes e que os impostos podem ser demasiado elevados. Na democracia mencionaram que existe divisão de poderes e a possibilidade de existirem vários partidos políticos. Referiram-se aos preços dos consumíveis, assinalaram o fim da guerra e as colónias terem sido libertadas. Para além de terem mencionado vantagens deste regime, também indicaram desvantagens, referindo que se verificou um aumento da corrupção e que pode vencer as eleições à presidência quem apresentar as melhores ideias empresariais. Contudo, os estudantes não foram específicos no tipo de presidência, o que leva a crer, após a análise dos dados, que se referiam à generalidade das eleições nacionais, nomeadamente às eleições presidenciais e às eleições legislativas.

Na análise dos dados comprova-se, inclusive, que os/as estudantes associam a época de ditadura vivida em Portugal a Salazar. Não havendo qualquer referência à ditadura militar que se viveu no país após o golpe militar de 28 de maio de 1926 - que nomeou o general Óscar Carmona como presidente da República e que antecedeu a ascensão ao poder de Salazar - nem a Marcello Caetano - substituto de Salazar quando aquele adoeceu - que era o chefe do poder executivo aquando da Revolução de 25 de

Abril de 1974. De tudo isto se infere que, para as crianças participantes neste estudo, Salazar é a figura principal da ditadura em Portugal, se não mesmo a personificação da ditadura. O mesmo não sucede relativamente à democracia, em que não parece existir no seu imaginário uma figura dominante.

Conclusões

Após a conclusão da análise e interpretação dos dados obtidos, chega-se, então, aos resultados que permitem obter respostas à questão de investigação previamente definida - Quais as concepções de estudantes do final do 2.º CEB sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal? – e que permitiu orientar o estudo. Deste modo, seguidamente, apresentam-se as conclusões da investigação com base na questão e nos objetivos apresentados. Apresentam-se, igualmente, as limitações/dificuldades da investigação, algumas opções futuras de investigação e aprendizagens pessoais e profissionais.

As técnicas e os instrumentos de recolha de dados utilizados foram cruciais para garantir uma maior recolha de informações e para melhor compreender as concepções dos/as estudantes.

De modo a compreender quais as concepções dos/as estudantes sobre a Ditadura e a Democracia em Portugal, foi necessário definir estratégias para recolher dados. Assim, e de maneira a obter respostas individuais, para evitar que houvesse manipulação de opiniões, aplicou-se um inquérito por questionário individual e, posteriormente, solicitou-se a redação de um texto. O inquérito por questionário foi realizado em primeiro lugar, para obter dados mais abrangentes sobre as concepções dos/as alunos/as acerca do tema; a redação individual e livre de um texto permitiu conhecer mais pormenorizadamente os seus reais conhecimentos e opiniões pessoais.

Os resultados, quer do inquérito por questionário quer da redação do texto, demonstraram que os/as estudantes têm consciência de que, atualmente, em Portugal, se vive num regime democrático que substituiu o regime ditatorial, após o 25 de Abril de 1974. De um modo geral, verificou-se que todos/as compreendem as diferenças existentes entre os regimes em causa e algumas das vantagens e desvantagens de ambos. Mais concretamente na redação do texto, verificou-se que as crianças do sexo feminino envolvem maior problemática a nível social, ao contrário das crianças do sexo masculino, as quais, para além de concepções a nível social, possuem também concepções de nível económico e político.

A análise dos dados permitiu, ainda, comprovar a ideia de que os/as estudantes associam a época de ditadura que se viveu em Portugal a Salazar, sendo que não houve qualquer referência à época da ditadura militar vivida após o golpe militar de 28 de maio de 1926 e nem qualquer referência a Marcello Caetano, substituto de Salazar e chefe do

Governo aquando da Revolução de 25 de Abril de 1974. Assim, conclui-se que as crianças participantes no estudo veem Salazar como a principal figura da ditadura portuguesa.

Medeiros (2009) para a sua tese de doutoramento intitulada “Sentidos da democracia na escola: um estudo sobre concepções e vivências”, realizou um estudo de caso acerca das concepções e vivências da democracia na escola, na perspetiva de docentes e discentes do 3.º CEB. Este estudo pode ser, em parte, comparado ao deste Relatório, no que aos/às estudantes diz respeito, uma vez que a investigadora chegou a algumas conclusões similares.

Medeiros (2009) refere na sua tese que “temos na totalidade das entrevistas uma fragilidade, uma inconsistência de memória conceitual, uma falta no ‘já-dito’ em que possam seguramente se apoiar para produzir seus discursos sobre democracia” (p. 171). A autora conclui, também, que grande parte dos/as entrevistados/as “relacionam a democracia com política, voto, formação de governos e eleições” e há, ainda, quem relacione com liberdade de expressão, opinião, “lutar por algo”, relações humanas, resolução de conflitos através do diálogo e “possibilidade de participação” (p. 171).

No presente Relatório foi mencionado, no capítulo III, que alguns/mas alunos/as apresentaram contradições nas respostas ao inquérito por questionário e um estudante fez referência a reis, o que mostrou fragilidade nos seus conhecimentos. Ainda assim, os/as estudantes da turma mencionaram, quer em relação à ditadura quer em relação à democracia, o ato eleitoral, as liberdades de expressão, de opinião, de associação e de reunião. Referiram, igualmente, que a democracia veio trazer mais direitos e equidade entre os/as cidadãos/ãs.

Comparando a tese de doutoramento de Medeiros (2009) com o presente Relatório, é possível inferir que os/as estudantes, independentemente da sua nacionalidade e do grau de ensino em que se encontram, compartilham, de modo geral, uma visão idêntica do que é a Democracia.

É imprescindível mencionar que a presente investigação foi realizada em ensino à distância – com exceção da matéria que envolve o tema – devido à situação pandémica. Deste modo, acredita-se que a envolvência dos/as estudantes, embora bastante positiva, poderia ter tido contornos mais eficientes caso fosse presencial, pois a comunicação seria muito mais objetiva, dinâmica e esclarecedora. Ainda assim, a investigação foi bem conseguida, dentro dos imprevistos, e possibilitou que todo o estudo se concretizasse.

As estratégias iniciais para a recolha de dados envolviam, como referido no capítulo II: um inquérito por questionário, que se manteve, mas em modo eletrónico (*Google Forms*); uma dramatização e um *Focus Group*. Estas estratégias tiveram de ser modificadas imediatamente após a notícia do fecho das escolas no concelho, o que acabou por ser um desafio, visto estar tudo planeado ao pormenor. A transição do ensino presencial para o ensino à distância originou o fim da participação direta da investigadora com a turma, tendo sido necessário trabalhar com a turma através da professora cooperante.

Um outro desafio que se verificou, foi o facto de existirem inúmeras informações sobre o regime ditatorial e sobre o regime democrático, o que teve implicações na elaboração da parte teórica, sendo que foi necessário filtrar o mais adequado para o estudo neste contexto. O limite temporal colocado para a realização da investigação foi, também, um fator desafiador, uma vez que esta decorreu no âmbito da unidade curricular de PES, sendo necessário, em simultâneo, elaborar planificações de aulas e um portefólio.

Ainda que tivessem existido tantas adversidades no decorrer da investigação, considera-se que a mesma se realizou com sucesso, tendo sido possível responder à questão de investigação.

A temática abordada é de extrema importância, sobretudo para o desenvolvimento dos/as estudantes enquanto cidadãos/ãs ativos/as da sociedade, pois é necessário que estes/as compreendam o mundo que os/as rodeia, de modo a poderem interagir e atuar consoante os seus valores. Além disso, ainda que em Portugal se viva em Democracia, ainda existem países onde o regime ditatorial é uma realidade, sendo fundamental as crianças terem essa perceção. É primordial abordar o assunto junto das crianças desde cedo, para que possam começar a ganhar entendimento sobre a matéria.

No caso de uma repetição do estudo realizar-se-ia um debate ou um grupo focal com os/as estudantes, antes e depois do leccionamento do tópico. Desta maneira, seria possível compreender quais as suas preconcepções adquiridas em contexto informal e, posteriormente, ficar-se-ia a conhecer quais as concepções que se modificaram após o estudo do tema. Além de que seriam realizadas, igualmente, as estratégias inicialmente previstas que não foi possível pôr em prática.

Uma questão que surgiu com a investigação e que poderia originar um futuro estudo sobre as perceções dos estudantes é a seguinte: como a democracia influencia o

nosso dia a dia? Assim, solicitar-se-ia aos/às discentes que realizassem um trabalho de pesquisa que respondesse à questão e o apresentassem à turma. Considera-se que, para além de adquirirem mais conhecimentos sobre o tipo de regime que vigora em Portugal, os/as estudantes ficariam a conhecer melhor o país em que vivem.

Após o término do presente estudo, crê-se que a investigação contribuiu em muito para as aprendizagens pessoais e profissionais da investigadora. A nível pessoal permitiu aprimorar a criatividade no que diz respeito às atividades a realizar com a turma. A nível profissional, como futura profissional na área da educação, proporcionou apurar que é necessário adequar o vocabulário e o modo como se transmite o conhecimento, de acordo com os/as estudantes com quem se está a trabalhar, pois nem todos/as têm o mesmo nível de língua e a mesma facilidade de aprendizagem.

Em suma, apesar de todos os constrangimentos existentes ao longo da investigação, esta revelou-se gratificante e bem conseguida, e os/as estudantes mostraram-se cooperativos/as, o que permitiu que fosse um sucesso.

Bibliografia

- (s.d.). Obtido em novembro de 2021, de Presidência: <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2021/04/discurso-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-47-o-aniversario-do-25-de-abril/>
- Abreu, D. S. (2016). *A relação escola-família como potenciadora do sucesso educativo*. Relatório de estágio, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto. Obtido em fevereiro de 2022, de <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2300/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20-%20Final%202022%20janeiro.pdf>
- Agrupamento de Escolas. (2017-2021). Projeto Educativo.
- Aprendizagens Essenciais - 2.º Ciclo do Ensino Básico | História e Geografia de Portugal | 6.º ano*. (julho de 2018). Obtido em julho de 2021, de Direção-Geral da Educação: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/6_historia_e_geografia_de_portugal.pdf
- Assembleia Constituinte. (10 de abril de 1976). *Constituição da República Portuguesa*. Obtido em agosto de 2021, de Diário da República Eletrónico: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada-/lc/337/202110291251/73938514/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma
- Assembleia Constituinte. (12 de agosto de 2005). *Lei Constitucional n.º 1/2005*. Obtido em 15 de julho de 2021, de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-constitucional/1-2005-243729>
- Assembleia da República. (s.d.). *Estado democrático*. Obtido em 15 de julho de 2021, de Parlamento: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/democracia.aspx>
- Barca, I. (2004). Os jovens portugueses: ideias em História. 22(2), pp. 381-403. Obtido de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9650/8877>
- Barca, I. (2012). Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. 17(1), pp. 37-51. doi:10.5216/hr.v17i1.21683
- Barca, I. (2013). Educação história e história da educação. Em J. Nunes, A. Freire, & I. d. Coimbra (Ed.), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: olhares cruzados*. doi:DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0646-0_11
- Câmara Municipal de Olhão. (s.d.). *Coesão Social*. Obtido em dezembro de 2021, de Câmara Municipal de Olhão: <https://www2.cm-olhao.pt/areasatuacao/coesao-social>
- Câmara Municipal de Olhão. (s.d.). *Cultura*. Obtido em dezembro de 2021, de Câmara Municipal de Olhão: <https://www2.cm-olhao.pt/areasatuacao/cultura>
- Carvalho, L. C. (2016). *Sebenta de apoio: metodologias e técnicas de investigação*. Universidade Aberta. Obtido em 2021, de https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5932/1/Sebenta_MTI_LuisaCarvalho.pdf

- Dias, R., & Prado, E. (2014). O regime salazarista português nas escolas elementares. *Revista Intersaberes*, 9(17), 199-215. doi:<https://doi.org/10.22169/revint.v9i17.574>
- Direção-Geral da Educação. (s.d.). *Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*. Obtido em 2021, de Direção-Geral da Educação: <http://www.dge.mec.pt/teip>
- Fernandes, P. J. (2019). A crise do Liberalismo 1890-1930. Em A. C. Pinto, & N. G. Monteiro, *História Política Contemporânea Portugal: 1808 - 2000* (1.ª ed., pp. 139-212). Obtido em 2021, de https://www.academia.edu/39741999/Historia_Pol%C3%ADtica_Contempor%C3%A2nea_de_Portugal
- Martins, G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrillo, J., Silva, L., . . . Rodrigues, S. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Obtido de Direção-Geral da Educação: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Medeiros, I. L. (2009). *Sentidos da democracia na escola: um estudo sobre concepções e vivências*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Obtido em fevereiro de 2022, de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16913/000708022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Mendes, A. R. (2009). *Olhão fez-se a si próprio* (1.ª ed.). (G. S. Lda., Ed.) Olhão.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (s.d.). *Rede Social*. Obtido em dezembro de 2021, de Segurança Social: <https://www.seg-social.pt/rede-social>
- Município de Olhão - Divisão de Planeamento Estratégico e Coesão Social. (s.d.). *A Rede Social*. Obtido em dezembro de 2021, de Rede Social de Olhão: <https://www.redesocialolhao.pt/rede-social.html>
- Nobre, A. (2008). *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*. Olhão. Obtido em 19 de fevereiro de 2022, de <https://www.olhaocubista.pt/textos/historiabreveolhao.pdf>
- Organização Curricular e Programas Volume I | Ensino Básico 2.º Ciclo*. (s.d.). Obtido em 2021, de Direção-Geral da Educação: https://dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_programa_2c1.pdf
- Pinto, A. C. (2019). A busca da democracia 1960-2000. Em A. C. Pinto, & N. G. Monteiro, *História Política Contemporânea Portugal: 1808-2000* (pp. 268-306).
- PORDATA. (14 de junho de 2021). *Municípios*. Obtido em novembro de 2021, de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Presidência do Conselho de Ministros. (11 de abril de 1933). *Constituição de 1933*. Obtido em julho de 2021, de Assembleia da República: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
- Programa do Governo*. (23 de agosto de 1975). Obtido em fevereiro de 2022, de Arquivo histórico Governo: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx>

- Programa História e Geografia de Portugal Volume II | Ensino Básico 2.º Ciclo*. (s.d.). Obtido em 2021, de Direção-Geral da Educação: https://dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_programa_2c2.pdf
- Reis, B. (2019). Olhando para dentro 1930-1960. Em A. C. Pinto, & N. G. Monteiro, *História Política Contemporânea Portugal: 1808 - 2000* (pp. 214-264).
- Ribeiro, A. I., Nunes, A. N., Avelãs Nunes, J. P., Campar de Almeida, A., Paiva da Cunha, P. J., & Nolasco, C. C. (s.d.). *Metas Curriculares 2.º Ciclo do Ensino Básico | História e Geografia de Portugal*. Obtido em 2021, de Direção-Geral da Educação: https://dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_metas_curriculares_2_ciclo.pdf
- Ribeiro, A., Nunes, A., Nunes, J., Almeida, A., Cunha, P., & Nolasco, C. (s.d.). *Metas Curriculares 2.º Ciclo do Ensino Básico | História e Geografia de Portugal*. Obtido em julho de 2021, de Direção-Geral da Educação: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_metas_curriculares_2_ciclo.pdf
- Silva, E. A. (dezembro de 2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia [Online]*. doi:10.4000/ras.740
- Silva, M., Pontes, D. D., & Alves, R. L. (2017). Educação Histórica em aula-oficina: a ditadura militar brasileira na consciência histórica de estudantes goianos. Em C. P. Ribeiro, H. Vieira, I. Barca, L. A. Marques Alves, M. H. Pinto, & M. Gago, *Epistemologias e Ensino da História* (pp. 828-847). Porto. Obtido em 2022, de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15640.pdf>
- Solé, G. (2018). O desenvolvimento da compreensão do tempo e do tempo histórico nas crianças: um estudo de caso com alunos portugueses de primária (1.º CEB). 36(1), pp. 59-84. doi:<https://doi.org/10.6018/j/324171>

Apêndices

Apêndice A. Inquérito por questionário

Inquérito por questionário

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Em que regime se vive em Portugal nos dias de hoje?

Democracia

Ditadura

3. Assinala cada uma das seguintes frases com V (Verdadeiro) ou com F (Falso).

A Ditadura é um regime de carácter autoritário e absoluto.	
A Ditadura permite a existência de vários partidos políticos.	
A Democracia é um regime constitucional e liberal.	
Na Democracia existe liberdade para criar novos partidos políticos.	
A Ditadura incentiva à liberdade de expressão.	
A Ditadura concentra os poderes do Estado numa só pessoa, num partido único, num grupo ou numa classe que o exerce com autoridade absoluta.	
A Democracia é um regime que limita as liberdades de expressão e de reunião.	
Na Democracia, as eleições não são livres.	

4. Responde de forma autónoma, com base nos teus conhecimentos, às duas questões seguintes. (Caso precises de mais espaço, utiliza a parte detrás da folha)

a. Para ti, o que é viver numa Ditadura? (Como é viver neste regime; vantagens e desvantagens...)

b. Para ti, o que é viver numa Democracia? (Como é viver neste regime; vantagens e desvantagens...)

Obrigada pela tua colaboração! 😊

Lê atentamente as falas que se seguem.



Antes do 25 de Abril de 1974, vivia-se em Portugal uma Ditadura. Nesta época, existiam muitas imposições de meios de controle para o convívio social, para os meios de comunicação (televisão, rádio, redação de jornais...) e, também, para o ato eleitoral. Estas imposições eram demasiado condicionadoras das liberdades e garantias dos/as cidadãos/ãs. A censura estava presente na vida dos portugueses e das portuguesas, que viam as suas vidas, as suas opiniões, as suas crenças, limitadas e censuradas. Não havia liberdade de expressão.

Após o 25 de Abril de 1974, ao qual se seguiu um período de transição que durou quase 2 anos, instaurou-se, em Portugal, uma Democracia. Esta fez com que passasse a haver uma maior liberdade, sobretudo de expressão. Os convívios sociais passaram a ser mais livres. Os meios de comunicação social deixaram de ter de passar pela análise e censura prévia. Em relação ao ato eleitoral, passaram a votar todos os cidadãos e todas as cidadãs maiores de 18 anos, independentemente do sexo, do nível de escolaridade ou capacidade económica.



Com base **nas duas falas anteriores, nos teus conhecimentos e nas informações que recolheste junto de familiares**, acerca de como era viver em Ditadura e como é viver em Democracia, redige um texto, com um mínimo de 120 e um máximo de 200 palavras. No teu texto deve constar:

- **Como era a vida antes do 25 de Abril de 1974 (Ditadura);**
- **Como passou a ser a vida após o 25 de Abril de 1974 (Democracia);**
- **A tua reflexão sobre qual dos dois regimes (ditadura ou democracia) é mais favorável para os cidadãos e para as cidadãs. Justifica as tuas afirmações.**